

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 29 DE JUNHO DE 2012

----- No dia vinte e nove do mês de junho do ano de dois mil e doze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela presidente em substituição Maria de Lurdes Castro e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Joaquim Rocha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 - Primeira revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita e primeira revisão ao Plano; -----

----- 4 - Dar Conhecimento do Relatório n.º 1469/2011 e anexos, da Inspeção-geral de Finanças sobre a Auditoria ao Município de Lousada – Controlo das Despesas com Pessoal; -----

----- 5- Autorização para assunção de compromissos plurianuais - Fornecimento de material diverso;

----- 6 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de Energia em Média Tensão e em Baixa Tensão Especial – Edifícios Municipais -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo respondido à chamada: Carlos André Gomes dos Santos; Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Silva Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Joaquim José da Silva Rocha, José Augusto Campos de Barros, João Carlos Pinto Correia, Manuel Campos de Sousa Neto, Alberto Oliveira, Maria de Lurdes Oliveira de Castro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Correia Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, Ana Margarida Morais da Silva Neto, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, Virginia Luzia dos Santos Monteiro, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Carla Susana Oliveira Duarte representa legal do presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Francisco Manuel de Moura Mendes presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António de Sousa Meireles presidente da Junta de

Freguesia de Caíde de Rei, Manuel Joaquim Mota presidente da Junta de Freguesia de Casais, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Abílio da Cunha Moreira dos Santos representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Francisco da Rocha Machado representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Nespereira, José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia do Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, num total de trinta e nove membros. Estiveram também presentes os senhores vereadores, Leonel Vieira, Pedro Machado em representação do presidente da Câmara, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais em substituição Maria Cândida Barreira , Eduardo Vilar e Agostinho Gaspar. --

----- A Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A presidente da Mesa da Assembleia começou por informar que Cândida Novais substituíu o vereador Agostinho Gaspar, Carlos André Gomes dos Santos substituíu o membro Mário Fernando Fonseca que comunicou uma ausência por quatro dias, uma vez que os candidatos imediatamente a seguir na ordem da lista, Elsa da Silva Duarte e Eugénio Pedro Magalhães Ribeiro não se encontravam disponíveis, José Augusto Campos de Barros substituíu o membro Cristóvão Simão Ribeiro que comunicou uma ausência por trinta dias, Manuel Campos de Sousa Neto substituíu o membro Maria Emilia Chamusca que comunicou uma ausência por trinta dias, Abílio António Ferreira Alves em substituição do membro Nelson Ângelo Coelho Oliveira que comunicou uma ausência por trinta dias, Virginia Luzia dos Santos Monteiro substituíu o membro Branca Cecília Sousa que comunicou uma ausência por trinta dias, o presidente da

Junta de Freguesia de Aveleda estava representado pelo seu representante legal Carla Susana Oliveira Duarte, o presidente da Junta de Freguesia de Meinedo estava representado pelo seu representante legal Abílio da Cunha Moreira dos Santos o presidente da Junta de Freguesia de Nespereira estava representado pelo seu representante legal Francisco Rocha Machado. -----

----- Informou ainda que apresentou justificação de falta à sessão ordinária de vinte e sete de abril de dois mil e doze, o seguinte membro: Dora Manuela Correia da Rocha -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta três minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Antero Pinto Leal, presidente da Junta de Freguesia de Lodares.-----

----- Esclarecimento da Sr^a. Presidente da Mesa: «Antes de passar à votação da ata da sessão anterior queria alertar para uma situação: foram detetados dois erros ortográficos, são correções que não vão influenciar o conteúdo da frase.» -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e sete de Abril de dois mil e doze. -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Não sei se esses erros identificados têm que ver com a página dez, onde diz: “sociedade vicente”, sim, muito bem, efetivamente nunca foi pronunciada essa palavra.” -----

----- Concluída a votação a ata foi aprovada por unanimidade quarenta votos -----

-----Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhora presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição, Dr. Pedro Machado, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, senhora e senhores presidentes de Junta, público e comunicação social. O povo português conhece bem os efeitos do acordo assinado há cerca de um ano para Portugal, pelo PS, PSD e CDS com a *troika*. Agravando-se os problemas do país com uma profunda recessão económica. O governo

PSD/CDS fala de sucesso, a realidade do país é outra, pois trata-se na realidade de um falso e delirante sucesso. Sucesso afirmado por um governo que está completamente fora da realidade do país real e cego face às consequências das suas políticas. Os direitos laborais, sociais e cívicos dos trabalhadores e do povo têm sofrido um tremendo ataque, nomeadamente com a degradação e desregulação dos horários laborais, aumento das discriminações salariais, da precaridade e do desemprego, em especial dos jovens, acrescendo a isto também o anúncio do encerramento de maternidades, tribunais, e outros serviços públicos. O agravamento nas despesas de saúde, e com o desmembramento do serviço nacional de saúde, com o fim dos apoios sociais e o aumento do custo de vida. A Moção de censura apresentada pelo Partido Comunista Português na Assembleia da República, na passada segunda-feira ao governo PSD/CDS, Moção fundamentada na realidade, no agravamento do desemprego, nas injustiças, no ataque aos serviços públicos fundamentais, no agravamento da exploração dos trabalhadores. PSD/CDS dizem que está tudo bem. O PS numa intervenção a roçar o vergonhoso, ataca o PCP, porque não conseguiu justificar a sua abstenção. Uma política que rouba o presente e o futuro, não serve para o povo, nem para o progresso do país. Colocava as seguintes questões ao senhor presidente da Câmara em substituição, a CDU gostava de saber: qual é o critério adotado pela Câmara Municipal para isentar os alunos do passe no transporte para os estabelecimentos de ensino? Se o critério é isentar consoante os rendimentos do agregado familiar, independente do ano em que estão matriculados, tudo bem: é consoante a Constituição dita, “Ensino em Portugal tendencialmente gratuito”. Se o critério é o de estarem matriculados num ano mais avançado, e aí já terem de pagar parte do passe ou totalidade desse, a CDU-Lousada lamenta, caso seja essa a fórmula adotada, porque cria entraves no presente aos nossos jovens para poderem dar continuidade aos seus estudos. A segunda questão, em relação aos custos de energia elétrica e consequente aplicação da redução de luminárias, em desligar as lâmpadas poste sim, poste não. Deveria, em certos casos pontuais ter em atenção as habitações, no sentido de assegurar a segurança destas, uma vez que, e nos tempos que correm, infelizmente os assaltos a residências são cada vez em maior número. Também e no mesmo sentido da redução de custos, achamos que aquando do tempo chuvoso, em especial no inverno, se deveriam desligar os equipamentos de rega automática nos jardins, nas rotundas, nos chafarizes do Monte do Senhor dos Aflitos, Praça das Pocinhas e outros.» -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhor presidente da Câmara Municipal em substituição, senhoras vereadoras, senhor vereador, excelentíssima Assembleia, excelentíssimo público e senhores representantes da comunicação social. As minhas primeiras palavras são para frontalmente manifestar a minha insatisfação pelas frequentes ausências nesta Assembleia do senhor presidente da Câmara. Não ponho em causa a qualidade do seu substituto, mas a verdade é que há problemas que, pelo menos no que me diz respeito, gostaria que fossem postos olhos nos olhos, frente a frente, de acordo com a minha maneira de ser. Mandar recados por outros nunca me agradou. Infelizmente perante os factos consumados algumas vezes terá de ser assim. Julgo que o senhor presidente, que está ausente, tendo conhecimento desta minha indicação a compreenderá perfeitamente. Ainda está na mente de muitas pessoas, pelo menos na minha está, o problema levantado sobre o aspeto que alguns consideram formal, mas é mais do que formal e a prova disso é que já se verificaram aqui problemas relativamente a esse aspeto. Aspeto formal mas jurídico, quanto ao não aparecimento por sistema, nas convocatórias da palavra “votar”. Já me referi a isso, mas para que não haja dúvidas chamo atenção para o que consta na página vinte e um do Regimento, que diz: “período da ordem do dia - o período da ordem do dia destina-se à apreciação e votação”, embora por vezes seja moda pôr em causa o português dos intervenientes, parece-me que isto não tem segunda interpretação, mesmo com o novo acordo ortográfico. É “votar”, é “votar”. Pedia desculpa por voltar atrás, mas há um lapso da minha parte, as minhas primeiras palavras, seria para saudar o regresso da senhora presidente, na esperança de que tal diga respeito a uma restituição total. Peço desculpa pelo meu lapso mas era a obrigação das minhas primeiras palavras. Voltando ao assunto que não passa de uma mera formalidade, mas sim de uma obrigação jurídica. Passo a outro aspeto, criou aqui uma grande celeuma a não aceitação por parte da Mesa da Assembleia de um documento apresentado pela coligação, dado que o senhor presidente considerou não se tratar de um parecer, mas de uma proposta. Pela minha parte não me posso pronunciar dado que esse documento não aparece em parte alguma, posso-me pronunciar apenas sobre o comportamento da Mesa, neste caso do senhor presidente nessa ocasião, cada um tira as suas conclusões. Eu há muito que já tirei a minha. Mas há coincidências

diabólicas, é que ao lermos, e se calhar ninguém reparou, o que vem na página setenta da ata ou seja a intervenção do grupo parlamentar do PS termina de uma maneira muito interessante, “Face ao exposto, o grupo municipal do PS, propõe, (a não ser que haja erro na transcrição da ata), propõe que esta Assembleia Municipal delibere no sentido de manifestar a sua discordância com a proposta de lei apresentada pelo governo”. “Propõe”, tanto quanto eu sei, e cá voltamos ao problema de português, “propõe” é consequência de uma proposta apresentada. Então um documento em que não se chegou à conclusão se é proposta, se é parecer, é rejeitado, nem sequer aparece. Um documento em que está escrito pelos seus autores que é uma proposta é imediatamente aceite. Mal vai isto com estes critérios de escolha, muito mal. E volto agora a uma matéria que apenas iniciei e por motivo de falta de tempo não dei continuidade. É a tal cartinha com uma rosa que recebi em minha casa. Sucede que, como pessoa educada que me prezo ser, considero que toda a carta tem resposta. Embora tivesse mais razão de ser, julgo eu, a carta com a tal etiqueta rosada, fosse neste momento em que o signatário já se apresenta como presidente da comissão política do PS, parece que segundo a comunicação social com uma votação maciça de quarenta e quatro votos, mas vinte e três fazem parte da comissão política. Não sei se é verdade, li isso, a comunicação se calhar enganou-se. Como digo toda a carta tem resposta e felizmente que na minha caixa do correio não tenho a indicação de, “proibida publicidade especialmente enganosa”, porque assim tive acesso a uma carta, em que realmente é publicidade, direta ou indireta, direta ao grupo parlamentar ou ao PS local e indireta pela negativa à coligação. E completamente negativa em relação ao senhor Dr. Leonel Vieira. Começo por lembrar que é natural que um executivo composto apenas por elementos de uma cor tire proveito de tudo o que faz e esqueça que algo, pouco ou muito do que faz, é consequência das propostas que às vezes oficialmente não são aceites, mas que depois são aproveitadas, mas também quem quer tirar benefícios para o bem terá também de arcar com as consequências dos aspetos negativos e isso será tratado oportunamente ainda hoje. E só apenas duas ou três indicações dado que me move fundamentalmente é a minha posição de defesa incondicional da pessoa senhor Dr. Leonel Vieira. Mas começemos aqui com uma coisa muito simples. PDM, parece que esqueceu que a proposta da reunião pública foi feita pela coligação, esta é uma verdade. Segundo consta nas próprias atas, o documento final foi apresentado quinze minutos antes da reunião do executivo, também parece que é uma verdade. Sobre centenas de sugestões

sobre o PDM, posso estar errado e peço desculpa se assim sucede. Eu tive conhecimento e foi dito que entraram centenas de requerimentos, cerca de seiscentos e tal e propostas. Tanto o quanto eu sei, cá estamos no mesmo problema, não são sugestões, são propostas ou requerimentos. Sem culpa da Câmara, aceito isso sem qualquer dúvida a maior parte desses requerimentos ou propostas não foram aceites. Aceito e repito que a Câmara não é responsável por essa situação. Transportes escolares, fazia parte relevante do programa da coligação, foi aproveitado muito bem. Gimnodesportivo por cada cinco mil habitantes, também tinha sido proposto, foi aproveitado, já existia, muito bem, mas essas são verdades. Reforço de cinquenta mil euros para a ação social, esta é que eu queria realçar, porque foi a única proposta aceite de setenta e quatro, nada mau, uma em setenta e quatro dá uma percentagem jeitosa. Mas as propostas e promessas não são a base fundamental desta minha intervenção, dado que isto é geral, não é dirigido a nenhum grupo em particular, costumo dizer que propostas e promessas leva-as, não é o vento, são os votos. A razão fundamental tem a ver com os ataques baixos e vergonhosos feitos ao Dr. Leonel Vieira, uma das poucas pessoas, repito, uma das poucas pessoas que seria capaz de me convencer a regressar à atividade política. E quem ofende um amigo meu, a mim me ofende, até porque é um princípio militar de que muito me honro, defender e proteger os camaradas a todo o custo. Dada a sua extraordinária estatura ética e moral, o Dr. Leonel Vieira não necessitaria de ser defendido, mas de modo algum posso ficar indiferente a um ataque tão vil e despuadorado. E quem tem um comportamento exemplar como cidadão, condição fundamental para ser um político em que os eleitores possam acreditar, não tem que se colocar em bicos de pés, talvez que outros, embora eventualmente de estatura física superior, o tenham que fazer. E termino com uma referência ao comentário de análise futebolística, constante do final da carta em causa e como qualquer cidadão comum concorda, muito pior, repito, muito pior que tentar ludibriar o árbitro, e há quem na verdade o faça com os eleitores, é marcar golo na própria baliza. Aqui sim, arrisca-se a perder o jogo. Mas como de política e futebol toda a gente sabe, muita gente também erra e cai, mesmo no caricato.» -----

----- Eram vinte e duas horas e um minuto quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Moisés Dias Ribeiro presidente da Junta de Freguesia de Ordem. -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do senhor Xavier Pires. Julgo que se estava a referir às alterações que se vai falando no que respeita ao pagamento dos passes escolares, como todos sabem até agora os alunos do ensino obrigatório não pagavam passe escolar e entretanto já se fala que vai haver alterações. Diz-me o senhor professor, vereador do pelouro da educação que chegou hoje um ofício da Associação Nacional de Municípios, não sei sequer qual o teor, é um assunto que vamos analisar para tomarmos uma posição, mas nada que justifique que as coisas não continuem como estavam, ou seja o ensino obrigatório continue com os passes gratuitos. Relativamente aos custos de energia, já na última Assembleia referi que houve um aumento brutal e não é só na iluminação pública, também numa série de equipamentos novos que estão a funcionar e com os quais também já tomamos medidas no sentido da redução dos gastos. É uma realidade preocupante que nos obrigou a tomar medidas e no que respeita à iluminação pública, nós ponderamos as diversas possibilidades que tínhamos e optamos por fazer aquilo que referiu, desligar poste sim poste não, como regra. Sendo certo que em muitos casos, em algumas ruas, não foram desligados e temos outras ainda que têm lâmpadas de menor potência, porque senão ficaria muito escuro, situações de cruzamentos, curvas de pouca visibilidade. É certo, admito aqui e já o admiti perante muita gente, detetamos algumas situações que estavam mal e porventura ainda poderá haver outras que estão mal e estamos disponíveis para as corrigir, porque temos que acima de tudo, assegurar a segurança de pessoas e bens e da segurança rodoviária. Esta medida como disse foi uma medida necessária, não é do nosso agrado. Percebo essa dificuldade quando a luminária que é desligada coincide com a casa de alguém, ainda há dias na brincadeira um irmão meu dizia que vai deixar de poder cortar a relva de noite, porque até se dava a esse luxo de poder cortar a relva de noite. Nem oito nem oitenta. Se calhar tínhamos luz a mais e tivemos que tomar essas medidas. Neste momento diria que estas medidas são provisórias e temporárias, porque não é isto que nós queremos para o futuro, e é por essa razão que nós não retiramos as luminárias, apenas mandamos desligar lâmpadas. Estamos a estudar com a EDP uma solução definitiva, que passará provavelmente por substituir as lâmpadas por outras de menor consumo, e aí poderemos ligar nas zonas de aglomerados, zonas onde tem casas e a situação ficará completamente sanada. Porque é que não o fazemos já? Porque isso vai implicar alterações no sistema de iluminação pública, implica investimento, e neste momento, quanto mais não fosse

pela questão da lei dos compromissos, não temos condições para o fazer. Estamos a trabalhar no sentido de conseguirmos no início do próximo ano, já prevendo no respetivo orçamento de dois mil e treze essa possibilidade, para ver se no primeiro semestre do próximo ano conseguimos implementar outro tipo de solução que para nós será certamente preferível a esta. Mas como digo tivemos mesmo que tomar esta medida sob pena de ficarmos numa situação de dificuldades para fazer face aos compromissos. Volto a lembrar, ninguém adivinhava que uma coisa destas pudesse acontecer, para além do aumento que houve do tarifário, de um momento para o outro houve um aumento brutal das taxas do IVA que passaram de seis por cento para vinte e três por cento. Ninguém estava a contar com isto, para situações especiais têm que ser encontradas soluções especiais. Não podemos meter a cabeça na areia e fazer de conta que não existem os problemas. Quanto à sugestão que fez, eu próprio farto-me de falar nisto, mete-me impressão quando está a chover e vejo o sistema de rega a funcionar. O problema é que não é tão fácil, é um sistema mecânico. O ideal é que houvesse um sistema que detetasse o grau de humidade no ar e que atuasse, só que o sistema quanto mais complexo, pior é, em termos de manutenção. Qual é a alternativa? Ter que passar um funcionário por cada jardimzito e por cada canteiro e desligar os sistemas o que não é fácil. Mas é uma situação que estamos a tentar melhorar. Relativamente à intervenção do senhor capitão Campos de Barros e às ausências do senhor presidente. Julgo que o senhor presidente também tem direito a férias, ele iniciou as férias hoje e é por essa razão que não está aqui. Relativamente ao resto da intervenção, não percebi qual é a sua preocupação de haver um novo presidente da comissão política, do número de votos que o elegeram, não percebi qual a sua preocupação. Registei e vou pensar um bocadinho qual será a sua preocupação para poder avaliar melhor e poder contribuir para remover as suas dúvidas. Relativamente à carta fico satisfeito por concluir que a mesma teve efeitos. Ela quando foi para o correio foi justamente para ter efeito, sendo certo, faço aqui uma ressalva, que nunca, mas nunca tive intenção de ofender quem quer que seja. A minha intenção foi pura e simplesmente repor a verdade, porque entendi que já era tempo de repor a verdade. Tudo tem um limite e quando se insiste em situações que não correspondem à verdade, elas têm que ser esclarecidas e a verdade tem que ser reposta. Foi nesse espírito que a carta foi enviada à população.” -----

----- Eram vinte e duas horas e cinco minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: João Edgar Avelino, presidente da Junta

de Freguesia de Lousada Santa Margarida.-----

----- Eram vinte e duas horas e seis minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Antonio Filipe Barbosa.-----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número quatro do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de seniores femininos do Lousada AC/Melom Naturance pela conquista do título de campeã nacional da 1.ª Divisão e pela subida ao principal escalão nacional de basquetebol feminino”. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número quatro que foi aprovada por unanimidade de quarenta e três votos. -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número cinco do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa de sub-18 da Associação de Hóquei de Lousada pela conquista do título de Campeão Nacional de Hóquei em Campo”. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número cinco que foi aprovada por unanimidade de quarenta e três votos. -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número seis do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor ao munícipe lousadense Abel Ferreira que se sagrou campeão nacional, como treinador da equipa de juniores A (sub-19) do Sporting Clube de Portugal na época 2011/2012”. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número seis que foi aprovada por unanimidade de quarenta e três votos. -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número sete do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à Associação de Hóquei de Lousada, pela conquista do título de Campeão Nacional de Hóquei em Campo 7x7, na categoria de sub-14 (iniciados) ”. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número sete que foi aprovada por unanimidade de quarenta e três votos. -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número oito do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipe sénior masculina de Hóquei em Campo da Associação de Hóquei de Lousada, pela conquista do título de campeão nacional da época 2011/2012”. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número oito que foi aprovada por unanimidade de quarenta e três votos. -----

----- Foi ainda apresentada pelo Grupo Municipal do PS, a Moção A do seguinte teor: “Mediante prévia deliberação, tomada por unanimidade, dos Municípios que a compõem, a CIM do Tâmega e Sousa manifestou junto da senhora ministra da justiça a sua oposição às “linhas estratégicas da reforma da organização judiciária” em discussão pública e mostrou o seu empenhamento em contribuir para uma solução que melhore o acesso à justiça de todos os cidadãos que representam e ao reforço da sua coesão interna. Não se compreende que o estudo considere uma unidade administrativa defunta – o distrito em prejuízo da NUT III. A NUT III do Tâmega é a terceira maior unidade intermunicipal, logo a seguir às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com mais de quinhentos mil habitantes. É servida por uma rede de tribunais qualificados, capaz de dar resposta à pendência diversificada e complexa que nela se verifica. Não se compreende, nem se aceita que, para fins judiciais, seja desconsiderada a NUT III do Tâmega, com prejuízos claros para a coesão territorial e social deste espaço regional. Não se compreende, nem se aceita que estando perfeitamente identificados os malefícios da litoralização do país, se proponha uma reforma pública que mais a acentua. Não se compreende que o Vale do Sousa fique reduzido às chamadas instâncias locais, perdendo as instâncias centrais. Os processos cíveis com valor superior a 50 mil euros e os criminais que obriguem a um tribunal coletivo ou de júri teriam que ser julgados em Gondomar. A proposta prevê ainda que no Vale do Sousa não haja qualquer secção de execução ou de comércio, cujas competências passariam para Valongo e Gondomar, respetivamente. No que respeita a Lousada, esta proposta implicaria ainda a perda do tribunal de família e

menores, cuja competência passaria igualmente para Gondomar. No que respeita ao tribunal do trabalho, a proposta implicaria que a competência territorial passaria para Valongo. O Grupo municipal do PS não aceita uma reforma judiciária desenhada nos gabinetes do Terreiro do Paço, por quem não conhece as realidades das populações locais. Face ao exposto, o Grupo Municipal do PS propõe que esta Assembleia Municipal delibere no sentido de manifestar a sua discordância com a reforma judiciária para que aponta o estudo “ Linhas estratégicas para a reforma da organização judiciária” (versão de 15 de junho 2012), uma vez que a mesma traduz-se numa justiça mais distante e mais cara, com claros prejuízos para a população”. -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Para manifestar a nossa solidariedade com esta Moção apresentada. Efetivamente há reformas que devem ser, ao máximo, acauteladas e quando implica mexer naquilo que é o património instituído das localidades, que interfere com a natural qualidade de vida das populações, nós aqui somos naturalmente solidários. Não entramos naquela politização fácil de embarcarmos em tudo aquilo que são orientações e que são também aqueles condicionalismos pela necessidade que a *troika*, efetivamente nos impõe. O país andou a esbanjar ao longo de muitos anos, mas efetivamente há aqui restrições que devem ser ao máximo acauteladas, e esta é uma delas. Somos totalmente solidários com a Moção apresentada e portanto somos totalmente contrários àquilo que está preconizado pela senhora ministra. Queria aqui acrescentar mais uma deixa que é importante para esta Assembleia, que efetivamente as Moções tenham o seu reflexo devido. Nós na Assembleia Municipal passada apresentamos uma Moção sobre a saúde, sobre os problemas e as debilidades do sector da saúde. É bom que essas Moções tenham de facto o encaminhamento. Nós apresentamos essa Moção a alertar para o problema do setor da saúde no concelho de Lousada. O Partido Socialista absteve-se nessa moção, ela foi aprovada e tem que ter o encaminhamento devido, tem que produzir reflexos junto das instâncias competentes. E é bom que essa Moção, que nós alertamos, que apresentamos e que foi aprovada por esta Assembleia, tenha esse reflexo, assim como esta deve ter, junto das instâncias competentes. Este é um alerta, porque a Assembleia, sessão sim sessão não, vamos apresentando Moções, elas vão sendo aprovadas/recusadas, e o que é certo é que isto tem que produzir efeitos. Portanto deve chegar a quem de direito estas Moções aprovadas pela Assembleia

Municipal.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Penso que a proposta apresentada é clara. Mais do que uma questão de qualidade de vida é uma questão de justiça. E mais do que uma questão de justiça é uma questão de equidade social, é uma questão de igualdade e é uma questão de desenvolvimento, próprio das populações e de uma sociedade civilizada. Aquilo que esta proposta fará certamente é a chamada “justiça pelas próprias mãos”. E se a nossa justiça já está desacreditada, o facto de as populações terem de se deslocar para concelhos que nem sequer limítrofes são do nosso, provocará certamente, uma diminuição daquilo que é a reputação, já fraca, da justiça, mas também o não recurso à justiça e o recurso a mediadores que certamente aumentarão a conflitualidade no seio da sociedade. E por isso creio que esta Moção é indispensável e não poderia deixar de ser aqui apresentada, hoje. No entanto ela é um sinal de alerta. É um sinal de alerta porque começamos a reparar que há uma deslocação dos centros de importância vital da sociedade para as zonas litorais e para os grandes aglomerados populacionais. E isso é algo que a nós, enquanto deputados municipais, nos deverá deixar alerta, uma vez que saindo a justiça de uma terra ou cortando-se aquilo que é a realização da justiça numa terra, num concelho ou numa comarca, o mais certo é que o resto se comece também a degradar. Esta é uma mensagem e uma proposta de incentivo, um alerta à nossa classe política e aos órgãos executivos deste país. Aquilo que deverá sair daqui é um voto claro, explícito de repúdio a esta reorganização do sistema judicial e igualmente manifestarmos, a nossa consideração para com as demais comarcas do país, essas sim, se calhar muito mais do que nós, que são seriamente afetadas. Já para não falar que este governo, infelizmente, e esta ministra da justiça não tiveram em consideração as assimetrias regionais que foram criadas com a introdução de portagens nas SCUTS, com o aumento do custo de vida, com aumento de combustíveis, com a necessidade que existe fazer deslocar, não só partes processuais, mas também testemunhas, peritos, os custos que isso acarreta. A justiça vai aumentar. Portanto resta que esta Assembleia em conformidade, aprove esta Moção. E que de facto, como disse o meu colega Carlos Nunes, ela chegue aos locais de decisão e possa eventualmente, caso isso seja tido em consideração, ter alguma utilidade». -----

----- De seguida passou-se à votação da Moção A, que foi aprovada por

unanimidade de quarenta e três votos -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa o Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima presidente da Mesa e restantes membros, excelentíssimo presidente da Câmara em substituição, excelentíssimas vereadoras e vereadores, caros membros desta Assembleia. Há muito tempo que abordamos a questão da solidariedade e do apoio às famílias com debilidades económicas e não só. Nesta época tem sido recorrente a divulgação de alguns projectos, alguns pontuais, outros com um carácter mais sistemático, que passam a ter algum mediatismo. No entanto há dois projetos que gostava de salientar aqui, por várias razões, e que passaram de alguma forma anónimos. Falo dos projetos desenvolvidos pela Escola de Lousada Centro ou pelo Agrupamento de Escolas Lousada Centro e Lousada Este. Estas duas escolas ganharam dois prémios no âmbito da solidariedade, “Escolas Solidárias” promovidos pela EDP, pelo segundo ano consecutivo, ou seja ficaram entre as dez primeiras na primeira edição e ficaram novamente entre as dez primeiras na segunda edição. E são projetos desenvolvidos por crianças, por jovens e por professores. Por isso quer-nos parecer que estas iniciativas não poderiam passar de forma despercebida que deviam ser tomadas em consideração, deviam ser conhecidas, apoiadas e dentro do possível deveriam ser replicadas. Nós temos que divulgar, temos que apoiar todos os projetos que são desenvolvidos nesta área, fundamentalmente quando envolvem crianças e jovens, ou seja quando os principais atores são as crianças e os jovens do nosso concelho.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente da Mesa da Assembleia Municipal em substituição e restante Mesa, senhoras e senhores vereadores da Câmara Municipal de Lousada, deputados desta Assembleia, estimado público e comunicação social presente. A juventude partidária que coordeno marcou a semana de quatro a nove de junho com o cunho do empreendedorismo, desenvolvendo assim várias atividades conexas ao tema. Para a juventude lousadense é imperioso tratar este

tema com a necessária e devida atenção. Não basta que se intitule Lousada como o concelho mais jovem do país uma vez que tal circunstância por si só nada resolve. É sim necessário adotar medidas que reflitam que a juventude do nosso concelho é apoiada, é bem tratada, mas sobretudo que esta juventude detenha ferramentas que lhe permitam afirmar-se na educação e no mercado de trabalho. Por estas razões prestamos a devida atenção ao jovens do nosso concelho desenvolvendo ao longo de toda uma semana uma série de atividades que permitiram aos jovens apreender e reter conhecimentos mais aprofundados sobre o empreendedorismo. Não podemos esquecer que o flagelo do desemprego está verdadeiramente patente no nosso concelho, é um facto. Mas devemos nada fazer perante tal circunstância? O espírito jovem reflete-se na persistência, na iniciativa e na força da criatividade. Pelo que o concelho deve dotar-se sem mais demora de ferramentas que possam alicerçar e apoiar os seus jovens. A semana em causa começou com uma fabulosa palestra na Escola Secundária de Lousada denominada “Empreendedorismo um Desafio Jovem”, tendo esta como orador o professor doutor Pedro Saraiva, deputado da Assembleia da República, e foi um êxito pelos comentários recolhidos no final da atividade. Julgamos ser primordial estar a dar oportunidade aos alunos deste concelho, jovens promissores, a conhecer os princípios básicos do empreendedorismo no mundo em mudança, onde as oportunidades de emprego escasseiam e urge repensar soluções alternativas que passam pela captação para gerar emprego. Existem alicerces e iniciativas para um concelho empreendedor, nomeadamente a Agência Municipal para o Investidor e a Criação do Centro Jovens Empreendedores, sendo certo que tais institutos não se bastam com uma inauguração, mas sim com um efetivo funcionamento. É preciso conhecer melhor o mercado e conhecer os agentes que neles atuam. Existem imensas medidas que promovem o empreendedorismo, nomeadamente dinamizar e recuperar espaços desocupados ou degradados para criar parques empresariais e tecnológicos, centros de formação superior, apoio à formação profissional de jovens. E de seguida conduzi-los verdadeiramente para as empresas locais. Termino, referindo que haverá muito mais para fazer. Não temos dúvidas, mas uma vez que a Câmara ainda pertence a este executivo, que sejam tidos em consideração os esforços que este conjunto de jovens implementaram ao longo desta semana. E dizendo ainda que esta semana teve o início claramente anunciado, mas nunca o fim, uma vez que basta haver um desempregado jovem lousadense para esta preocupação persistir. O município tem de contribuir na dinamização de uma cultura mais

empreendedora. O município deve apostar no empreendedorismo.»-----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas algumas perguntas dirigidas ao senhor presidente nesta ocasião senhor presidente em substituição. Reparei que na avenida dos Combatentes de Grande Guerra logo no início da avenida em direção aos correios se encontra do lado direito uma casa em ruínas, representando um perigo para quem ali passa, especialmente uma pedra que ameaça cair a cada momento. O reparo que queria fazer à Câmara, é privado o terreno mas algo poderá ser feito. Queria manifestar o meu grande agrado pela política desportiva incluindo a deslocação de várias equipas de diversas modalidades e presenças de oitenta atletas nas olimpíadas do Vale do Sousa na deslocação das diversas equipas para o estrangeiro. Queria fazer uma referência muito especial como homem há muitos anos ligado ao desporto e cuja continuidade está garantida por filhos e netos, aos vários títulos de campeões nacionais nas diversas modalidades nos diversos escalões etários conquistados por equipas de Lousada. Mérito a quem o tem. É esta a minha maneira de estar. Sobre a estrada nacional duzentos e seis verifico que pela referência agora feita na ata da Assembleia Municipal de vinte e nove do seis, o meu português não está tão mau como se costuma dizer: “... uma série de melhoramentos que, desde há muito, vínhamos a defender...”, desculpe, cento e seis. Portanto o seu a seu dono na designação mas o seu a seu dono também na razão que tinha quando pus em causa se a via estaria a ser municipalizada, foi sujeita a pressão e muito bem, felicito a Câmara. Também tenho o apreço por verificar que a minha chamada de atenção para que a sinalética de acesso à vila fosse melhorada, vejo que foi tomada em devida consideração. Há um problema que apresentei desde o princípio, a ocupação indevida pelo município de Paços de Ferreira de uma zona da freguesia de Covas, arrastou-se, as pessoas que tinham a obrigação de arrancar com este assunto e defender os interesses de Covas, está aqui, e eu digo-o frontalmente, nada fizeram. Custou, mas parece que valeu a pena porque a Câmara agora chamou a si esse problema. Esperemos que não seja tarde de mais. Verifico também que as diligências feitas no sentido de racionalizar o custo da luz permitiu que uma parte da verba fosse transferida para fazer fundo ao pagamento de juros, segundo informação que tenho. Tomei conhecimento de que estava prevista ou já estavam em execução as infraestruturas referentes às pistas de atletismo a pista interior servirá para aquecimento. O que está feito, está feito, dado que e agora

refiro-me à pista exterior estando apenas prevista com quatro pistas e seis em certos setores fica muito limitada a provas de nível nacional e internacional mesmo obedecendo aos critérios. Além de mais é difícil fazer provas de relevo quando não há condições de infraestruturas para disciplinas técnicas, salto em altura salto em comprimento, lançamento de disco, levantamento peso, triplo salto, uma serie de coisas. Parece que por dificuldades financeiras que lamento o projeto foi aprovado. É apenas uma chamada de atenção, se em qualquer altura o projeto for concretizado e julgo que isso terá interesse quando houver o mínimo de clubes interessados na prática de atletismo, especialmente nas disciplinas técnicas dado que no corta-mato há muitas infraestruturas isso seja tomado em devida consideração. Queria manifestar mais uma vez o meu grande desagrado, desculpem mas vou insistir dado que na minha maneira de estar é a Assembleia Municipal que representa o povo estamos aqui eleitos pelo povo, pela Assembleia Municipal através dos seus líderes não ser convidada por sistema para nenhuma das cerimónias oficiais que têm lugar. Foi o 25 de Abril, foi os cento e setenta anos da elevação a vila Lousada, foi a inauguração da pista, pessoalmente devo dizer no que respeita à pista à senhora vereadora aqui presente o meu desagrado mas quero fazê-lo aqui perante todos. E quanto ao 25 de Abril em que já tive a ocasião de dizer, cerimónia alguma estarei presente a não ser de carater militar para não me cruzar com pessoas que trazem, repito, um cravo certamente plástico para que seja moldável à maneira que é a sua própria consciência, pessoalmente não me preocupa porque não estaria presente mas a Assembleia tem esse direito, o 25 de Abril não é de ninguém muito menos uma Câmara, o 25 de Abril foi feito para o povo e agora é do povo. Segundo me chegou ao conhecimento sobre as cerimónias dos cento e setenta anos, foi-me informado que até o senhor presidente da Câmara tinha desconhecimento do facto, se não é verdade as minhas sinceras e humildes desculpas. Finalmente um pedido, sei que não pode ser de imediato mas agradeço no sentido construtivo, o complexo desportivo está feito, terá erros, tem muitas virtudes, existe, não tenho condições mínimas para aquilatar porque não acompanhei o processo, mas gostaria logo que possível que me fossem dadas informações sobre receitas e despesas do ano de dois mil e onze e do primeiro semestre de dois mil e doze. Gostaria também de ser informado se há pessoal da fundação “Séc. XXI” que está a prestar serviços no complexo desportivo.» -----

----- Intervenção do Sr^a. Virginia Monteiro do Grupo Municipal “Lousada

Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente da Mesa em substituição, restante Mesa, senhor presidente da Câmara em substituição, senhoras vereadoras e vereadores, deputados desta Assembleia, estimado público comunicação social aqui presente. O programa “Impulso Jovem” plano estratégico de iniciativas de empregabilidade jovem e de apoio às PME foi apresentado ontem, dia vinte e oito de junho, em Lousada, que de resto adequa-se totalmente ao circunstancialismo que se vive no nosso concelho. Por esse motivo, em nome da coligação “Lousada Viva” e naturalmente em nome pessoal gostaria de congratular a Câmara Municipal de Lousada por ter apresentado um programa governamental aprovado em conselho de ministros. Este programa que tem na sua génese uma preocupação clara e evidente no que diz respeito aos jovens do nosso país e por maioria da razão aos jovens lousadenses acentua-se em vários parâmetros, parâmetros estes que visam essencialmente, resolver um dos problemas que mais assola a juventude, o desemprego. Trata-se de um programa novo, inovador, cujos pressupostos assentam nas reformas que estão a ser desenvolvidas na economia portuguesa, e que tem como objetivo primordial a transformação da sua estrutura, quer no sentido da obtenção de maiores níveis de produtividade e competitividade, quer com vista a retomar um desenvolvimento económico sustentável com mais e melhores oportunidades para todos. Mas sejamos claros, a situação do país que tem uma relação óbvia e direta com a des governação do governo anterior, urge por várias medidas que possam combater, efetivamente, o problema do desemprego. Mais, ainda que as Câmaras Municipais, Lousada que é aquela que realmente me preocupa, tenham ótimas intenções no que toca à resolução do problema do desemprego, este problema não se resolve por si só, é preciso verdadeiramente agir. E como modo de resolução de pelo menos parte do problema surge o “Impulso Jovem” que claramente vai de encontro à melhoria da empregabilidade, ao surgimento de novas oportunidades de trabalho, à confiança e sustentabilidade da estrutura económica, a uma formação mais ágil e flexível, à captação dos contributos dos parceiros sociais, a incorporação dos jovens no mercado do trabalho, nomeadamente através do chamado “passaporte emprego”, que se desdobra em inúmeras vertentes. Contudo e ainda felicitando o *workshop* promovido pela Câmara e impulsionado por este governo, deve ter-se presente que o problema do desemprego não fica obviamente resolvido. Por isso e para isso, sugiro humildemente que se tomem mediadas efetivas neste concelho, não bastam gabinetes para resolver este tormento, não bastam jornadas, artigos ou

qualquer conjunto de belas palavras escritas num papel para resolver este problema. Então perguntarão certamente de que é feita a minha intervenção de que servem as minhas palavras? E assim respondo, a responsabilidade de Lousada ainda é do partido socialista, pelo que a responsabilidade de fomentar o emprego em Lousada ainda é deste executivo. A falta de um planeamento estratégico com o objetivo de acolher os jovens para que estes sejam ajudados a empregarem-se, para que estes possam ver em Lousada um território onde se possa viver e trabalhar, é inegavelmente da responsabilidade desta Câmara. Contudo ficarei extremamente grata que estas minhas palavras sejam tidas em conta, porque efetivamente trago a esta Assembleia um problema que me preocupa e preocupa os jovens deste concelho. E clarifico, não duvido que este executivo tenha boa vontade e não duvido que pensem sobre o assunto. Não intervenho nesta Assembleia para denegrir a imagem de ninguém, nem tão pouco ferir suscetibilidades, mas é claro que haverá muito para fazer neste concelho no que diz respeito ao emprego jovem. E estou certa que todos concordarão comigo, estou certa que ninguém nesta sala estará satisfeito com os números de desempregados jovens existentes neste concelho, ou estarei errada?» -----

-----Eram vinte e duas horas e trinta e sete minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Neto -----

----- Intervenção do Sr. António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Na última Assembleia solicitei três informações e esclarecimentos sobre as contas e pedi ao presidente da Assembleia em substituição que me fosse facultado o acesso a esses mesmos documentos. Lamento, estranho e gostaria de perguntar porquê que até hoje não fui contactado nem pela parte do executivo, nem pela parte da Assembleia, no sentido de ser esclarecido sobre essas questões, nomeadamente três coisas: as ordens de pagamento, o contrato de adjudicação e os autos de medição da obra referente à rotunda de Vila Verde em Caíde de Rei, que viu sair das nossas contas e da nossa contabilidade municipal aproximadamente duzentos mil euros, que de acordo com o que consta da ata da Assembleia cessante, a justificação não foi esclarecedora, nem clarificou aquilo que se terá tratado ou passado. Enquanto membro desta Assembleia eu sinto necessidade de ser esclarecido e ter a oportunidade de ser confrontado com os documentos, poder, pelo menos, ter uma leitura sobre esses mesmos documentos. Lamento que não tenha sido contactado nesse sentido. Oficializei o pedido logo depois da Assembleia e até hoje, não se percebe

porquê, não obtive qualquer tipo de resposta sobre essa matéria.» -----

Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Falar do desemprego através de tabelas, gráficos ou estatísticas é sempre uma tarefa necessária mas não suficiente uma vez que, ao mesmo tempo estamos a falar de desempregados, que é o mesmo que dizer de homens, de mulheres, de pessoas que de um momento para o outro, e por razões pelas quais não têm qualquer tipo de responsabilidade se viram em condições muito difíceis para os próprios, na maior parte das vezes para as suas famílias. Como refere Carla Mendonça num artigo publicado num blogue “sociologicamente pensando” e que passo a citar: “ Embora o custo económico do desemprego seja elevado, não há valor monetário que traduza adequadamente o custo humano e psicológico dos extensos períodos de desemprego persistente e involuntário. Os longos períodos de desemprego traduzem-se em afetações ao bem-estar psicológico do Homem intimamente ligadas à deterioração do seu bem-estar físico, bem como à desagregação social. Transtornos mentais leves, depressão, diminuição da autoestima sentimentos de insatisfação com a vida, e dificuldades cognitivas são as principais afetações ao bem-estar psicológico humano, causadas por um desemprego prolongado.” Por isso sempre que abordarmos este tema devemos fazê-lo com o máximo de pudor, tentando não cair em situações demagógicas ou de oportunismo político, pois assim o exige o respeito pelo sofrimento das pessoas em questão. Não é minha intenção analisar aqui com profundidade as causas do desemprego mas não lhe serão alheias as políticas restritivas adotadas, nomeadamente a falta de acesso ao crédito, a nível nacional e europeu e que não permitem o crescimento económico, promovendo por isso o desemprego generalizado. Não há políticas locais que sejam capazes, por si só, de alterar esta situação. Afirmar o contrário é pura manipulação e uma tentativa grosseira de ludibriar as pessoas. E não compreender as verdadeiras causas do problema, teria como resultado não adotar as medidas adequadas para o minorar. É assim conveniente conhecer a verdadeira situação do desemprego no município de Lousada e compará-la com a dos municípios da região. Fazendo uma extrapolação para a taxa de desemprego verificada nos concelhos da comunidade do Tâmega e Sousa no ano de dois mil e onze, baseada nos dados referentes à população total de cada um dos municípios e à população ativa na região Norte publicados pelo INE, e ao número de desempregados nesses municípios inscritos nos centros de emprego do IEFP no mesmo período, podemos verificar que o município

de Lousada com uma taxa de desemprego a rondar os onze vírgula quatro por cento, é o segundo no Vale do Sousa e o terceiro na comunidade do Vale do Tâmega e Sousa com uma taxa de desemprego menor. Felgueiras que é o que se encontra numa melhor situação, com uma taxa de nove vírgula oito por cento, Penafiel doze vírgula um por cento, Paços de Ferreira treze vírgula dois por cento, Paredes catorze por cento, Castelo de Paiva dezassete vírgula dois por cento, Marco de Canavezes catorze vírgula sete por cento, Amarante quinze vírgula dois por cento, média em todo o Norte treze por cento. Podem verificar neste gráfico que Lousada se encontra aqui acima de Felgueiras quase igual a Ribeira de Pena e abaixo de todos os outros concelhos de toda região do Tâmega e Sousa. E que embora desde o início de dois mil e doze o desemprego em Lousada tenham acompanhado a tendência nacional de subida, o número de desempregados inscritos baixou de três mil trezentos e oito em abril para três mil duzentos e treze em maio, não permitindo no entanto tirar para já a conclusão de tendência de descida para o futuro. Não nos podemos todavia congratular, pois enquanto houver no nosso concelho ou na região um único homem ou mulher, que por razões alheias à sua vontade, não consiga exercer o seu direito ao trabalho e consequentemente o seu direito à plena liberdade, conquistados em abril de setenta e quatro, é absolutamente necessário encarar este problema com total seriedade e tomar todas as medidas possíveis e ao nosso alcance, que possam contribuir para atenuar os seus efeitos perversos. Tem sido esse o caminho seguido pelo executivo da Câmara de Lousada, na participação ativa na Agenda da Empregabilidade do Tâmega e Sousa, desde a sua criação até ao levantamento dos problemas e consequente apresentação do diagnóstico, à definição da estratégia e implementação do plano de ação. No lançamento de programas específicos e criação de estruturas de apoio na área da formação, tanto de jovens como de adultos, de pessoas à procura do primeiro emprego ou para as que vítimas do desemprego que têm necessidade de adquirir novas competências. No estabelecimento de pontes com as empresas potencialmente empregadoras tendo em vista a possível colocação de desempregados ou a colaboração na procura de vocações para jovens em formação. Na colaboração com as IPSS outras organizações em iniciativas de carácter social de apoio às vítimas de desemprego. E em tantas outras iniciativas, que seria fastidioso enumerar aqui, todas elas viradas para alcançar os objetivos mencionados.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido

Socialista: «A minha intervenção nesta primeira volta é relativamente à ata sessenta e um da sessão ordinária de dezasseis de abril de dois mil e doze da reunião de Câmara, e visa sobretudo saber, isto é um bocado retórico, mas o que é que nós poderemos dizer enquanto representantes da população, do facto e da informação que aqui consta e que, vou citar: “ a ministra deu orientações para suspender os investimentos também na rede de água e saneamento”».» -----

----- Intervenção do Sr. José Luís Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde: «Já agora que estamos aqui a falar de desemprego, gostava de deixar aqui um pedido à representante do CDS que era o seguinte: pode pedir ao senhor Paulo Portas se reformava as pessoas com mais de quarenta anos de descontos para dar emprego aos jovens. Ele quando estava na oposição era um indivíduo que dizia que tinha vergonha de ter gente com mais de quarenta anos de descontos a trabalhar. Eu gostaria que esse recado lá chegasse. Eu estou de acordo com aquilo que a colega disse, jovens desempregados, eu tenho uma filha com vinte e cinco anos e também gostava que ela fosse trabalhar o mais rápido possível. Eu trabalhei trinta e quatro anos para o PSD, fui vinte anos presidente de Junta do PSD e muitas vezes disse, que pena o Paulo Portas não estar no PSD. Afinal o Paulo Portas é como os outros, só é bom na oposição, quando está no governo é igual aos outros.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Esta minha intervenção prende-se só para fazer um esclarecimento a uma citação que foi feita nesta sala há bem pouco tempo. Realmente a ação do executivo não resolve o problema na totalidade, mas ajuda e pode fazer a diferença, com o governo, com o programa “Impulso Jovem” tenta, não na sua totalidade, é impossível compor num ano de governo aquilo que foi estragado durante muitos anos, mas podemos fazer a diferença. E deixe-me referir, o Leonel Vieira explicou isso na campanha de dois mil e nove. Na JSD lançamos uma serie de ideias e medidas que poderiam ser preparadas para este executivo. E outra coisa que me repudia claramente nesta Assembleia e nas suas palavras, a minha forma de fazer politica não é esta. Quando eu trago um assunto a esta Assembleia não o faço por mero populismo partidário. Eu venho cá porque são problemas que eu acredito que esta Assembleia pode fazer, não é mero populismo, não entenda dessa forma.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Pedro vou-lhe fazer umas perguntas rápidas e diretas e deixamos de populismo. Na última Assembleia a senhora deputada Cláudia Lousada do grupo municipal “Lousada Viva” fez aqui uma intervenção sobre saúde, muito focalizada na unidade de saúde de Lustosa. O senhor vice-presidente, Dr. Pedro Machado respondeu com o que se tinha passado em relação a Meinedo e que o secretário de estado da saúde de então, cito: “assumiu connosco um compromisso de resolver o problema de Lustosa”. Houve mudança de governo e de secretário de estado o executivo descorou este problema? Pode dizer-nos o que se passa? Segunda questão, o governo e Associação Nacional de Municípios Portugueses acordaram no Programa de Apoio à Economia Local-PAEL. O ponto central deste programa consiste de o governo disponibilizar uma linha de crédito até ao montante de um bilião de euros, para pagamento de dívidas vencidas a mais de noventa dias pelos municípios, para assim ser controlado o endividamento a curto e julgo que também a médio prazo. Com certa frequência lemos e ouvimos a coligação “Lousada Viva” nas suas célebres conferências de imprensa e também aqui nesta Assembleia, aquando da discussão do orçamento e dos documentos previsionais, que a Câmara se encontra na situação de banca rota, que a dívida é, uma vez, de vinte milhões, outra de vinte três e ainda outras de vinte e cinco milhões de euros. Assim e tendo em atenção o que disse a pergunta que lhe faço senhor vice-presidente, e porque sei que conhece todos os escaninhos da situação financeira do município, é se este executivo tenciona, se tem necessidade ou se está impedido de recorrer a esta linha de crédito?» -----

----- Eram vinte e duas horas e cinquenta e um minutos quando deu entrada nesta Assembleia o seguinte membro: Carla Duarte representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Aveleda.-----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Não sei se entende por populismo uma pessoa dizer os factos e as verdades. É claro que na minha intervenção toda a gente compreendeu que eu não critiquei as vossas intervenções. Critiquei outras intervenções que não se fizeram aqui e outras atitudes que também não se tiveram aqui. E é sobre essas intervenções que eu vou falar a seguir. Num dos passeios mediáticos pelas freguesias organizados pela coligação PSD/CDS de Lousada, concretamente nos dias um e dois de junho à freguesia de São Miguel, o senhor Agostinho Gaspar lamentou que o “executivo socialista

da Câmara de Lousada esteja pouco preocupado com o desemprego dos lousadenses”. E que “antes tem estado mais preocupado com o desemprego de alguns familiares dos dirigentes do partido socialista de Lousada”. Mais uma das provocações a que já estamos habituados, que procura atingir mais uma vez a dignidade das pessoas, pensando que este tipo de provocações nunca terão qualquer tipo de consequência. Dirigia-me ao senhor Agostinho Gaspar mas não está presente. Posso aqui garantir-lhes que há-de chegar o dia, na altura certa, em que haverá consequências no âmbito da responsabilidade política, claro, é o único que nos interessa aqui tratar, por algumas das afirmações proferidas pelo senhor e pelos seus colegas dirigentes da coligação PSD/CDS de Lousada. Outras afirmações de dirigentes da coligação PSD/CDS de Lousada, dez, onze e doze de maio freguesia de Lustosa, a propósito do desemprego jovem e vou passar a citar: “prova disso é a zona industrial de Lustosa, que para além de não captar empresas, possui infraestruturas que se têm vindo a degradar, tendo sido alvo de vandalização, nomeadamente para furto dos fios de cobre e das tampas das condutas de água e saneamento...”. Vinte e um e vinte e dois de junho freguesia do Torno, afirmou o senhor Dr. Leonel Vieira: “se o executivo municipal há muito tivesse a funcionar uma política de captação de investimento, se tivesse construído parques empresariais e tecnológicos, se fomentasse e apoiasse efetivamente o empreendedorismo e a formação profissional e académica dos jovens, com toda a certeza que parte do problema do desemprego estaria resolvido”. Pois é, se calhar não. No que diz respeito à construção de mais parques empresariais e tecnológicos, não acha que estas duas afirmações são uma evidente contradição? Senhor Dr. Leonel Vieira queria mais parques na situação do de Lustosa? Que não captariam empresas? Que não possuísem infraestruturas, que se tivessem degradado, tendo sido alvo de vandalização, nomeadamente por furto dos fios de cobre e das tampas das condutas de água e saneamento? O parque de Lustosa foi construído em dois mil e nove e depois disso chegaram as consequências da crise financeira e económica mundial. Como já vimos o concelho de Lousada, com uma taxa de desemprego a rondar os onze vírgula quatro por cento em dois mil e onze, apresentou um índice de endividamento líquido de cinquenta e um por cento em dois mil e dez e idêntico em dois mil e onze. Como explica que outros concelhos da região com índices de endividamento líquido muito superiores, como por exemplo Paços de Ferreira de duzentos e vinte e seis por cento, e que construíram os tais parques empresariais e tecnológicos por todo lado, tiveram também taxas de desemprego superiores às de Lousada, treze virgula dois por cento

em Paços de Ferreira. Não quererá isto dizer que as soluções apontadas pelo senhor e pelos seus colegas dirigentes da coligação PSD/CDS de Lousada teriam um efeito totalmente catastrófico nas contas do nosso município e, ao mesmo tempo uma maior crise de desemprego? Não quererá isto dizer que o executivo da Câmara de Lousada, com uma afetação de recursos menores conseguiu melhores resultados? Não se chamará a isto uma excelente gestão dos recursos por parte do município de Lousada e que optou por soluções corretas? Relativamente à segunda parte das suas afirmações, a participação a todos os níveis na agenda da empregabilidade do Tâmega e Sousa, a implementação dos seguintes programas e estruturas: Comissão para a Qualificação da População do Concelho de Lousada-CQPCL, Gabinete de Apoio ao Investidor- GAI, o GIP – Gabinete de Inserção Social, o Programa DICAS, programa contra o abandono e insucesso escolar, que é único no país, a CEI - Contratos de Emprego e Inserção, desemprego e estabilidade, o GEF – Gabinete de Emprego e Formação que funcionou de dois mil e nove até dois mil e doze, organização de conferências e outras iniciativas. Ainda sobre o parque industrial de Lustosa, o executivo da Câmara Municipal de Lousada está a elaborar um programa de incentivos com vista à captação de empresas. Fez a reserva no PDM de espaços para mais tarde, quando houver condições, avançar com os tais parques industriais. Relativamente à educação dos jovens, penso não ser necessário listar os investimentos realizados na construção e requalificação de equipamentos escolares, agrupamentos de escola, agora interrompidos, esperemos que provisoriamente pelo atual governo, e na construção de equipamento desportivos e culturais por todo o concelho, que permitem uma formação integral dos jovens de Lousada. Como consequência não esquecendo aqui a participação dos dirigentes de imensas associações desportivas, culturais e outras em suma da sociedade civil, começam a aparecer com alguma frequência resultados honrosos para o município a nível regional, nacional e até internacional. São exemplo disso os clubes e associações na área do hóquei em campo, natação, basquetebol, musica, etc. Tudo isto não será fomentar e apoiar o empreendedorismo e a formação profissional e académica dos jovens? Persiste como já disse anteriormente e apesar de tudo uma grande preocupação que são os onze vírgula quatro por cento de desemprego no nosso concelho, independentemente de ser uma das taxas menores de toda a região da comunidade do Tâmega e Vale do Sousa. Mas esse problema infelizmente não pode ser resolvido na sua maior parte pela Câmara Municipal de Lousada. Esperemos que quem tem, pelas decisões que possa

tomar, a responsabilidade da sua resolução o faça sem hesitações e o mais urgentemente possível.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Uma coisa que não posso deixar de dizer, apesar do senhor Dr. Leonel Vieira não estar aqui, mas depois alguém lhe há de transmitir certamente. No século dezasseis, creio não estar em erro, se estiver alguém me há de corrigir, não agora mas posteriormente em algum meio de comunicação social, mas Erasmo de Roterdão escreveu um livro intitulado o *Elogio da Loucura*. E eu hoje já ouvi aqui vários “elogios à loucura”, o primeiro é um infeliz elogio de loucura de uma pessoa que escreve cartas a intitular-se dono e senhor de ideias, dono e senhor de projetos, sobretudo e até pasme-se, em áreas sociais, que foram como a gente aqui sabe, o grande mote do candidato à data e hoje presidente da Câmara Municipal de Lousada. A rogar-se como dono e senhor dessa ideias, executante dessas ideias. Perdoem-me, é uma originalidade incrível, creio que nunca tinha visto isto. E o “elogio da loucura” continua, e vou explicar porquê. A citação que eu fiz aqui de uma ata da reunião não é descontextualizada, a verdade é, a posição da coligação PSD/CDS-PP terá de ser revista, porque sempre criticaram este executivo porque as obras não estavam a prosseguir ao ritmo desejado que eles queriam, e a verdade é que as obras vão parar pela decisão, pasme-se, de quem, de um governo PSD/ CDS-PP. Mais, o número de hoje, não sei se sabem qual é? Não é o vinte e nove que é o dia. O número de hoje é sete ponto nove, é o défice desde o início do ano apurado até ao momento pelo Instituto Nacional de Estatística. O objetivo do défice para este ano, ressaltado hoje pelo primeiro-ministro é quatro virgula cinco por cento e é inatingível. Perguntam: o que é que queres dizer com isso? Resposta: o défice, as políticas europeias e comunitárias, as políticas de emprego, tudo isso está entrelaçado, tudo isso joga no fator desemprego. E digo-vos uma coisa, não me interessa se o desemprego é onze ponto dois, quinze ou vinte, basta que seja uma pessoa e nós temos motivos para estamos preocupados. Desemprego zero, era o ideal. Agora, houve alguém, e aqui mais uma vez a hipocrisia, que descobriu a solução para o desemprego jovem já. A emigração, a verdade é essa. Se emigrarem deixam de ser desemprego jovem, pelo menos não contam nas estatísticas nacionais, nós podemos ter pessoas que vão para Suíça e dormem nas paragens de autocarro, isso é fixe, porque eles deixam de contar como desempregados cá, e nós fazemos um belo figurino. É certo que todos nós nos devemos preocupar com o desemprego e com o desemprego jovem em

particular, mas é também muito importante que nós ao domingo quando vamos rezar e pedimos perdão pelos nossos pensamentos, palavras, atos e omissões, pensemos também nos atos que praticamos e nos atos que omitimos. E os atos que praticamos às vezes é dizer mentiras e fazer populismo e as omissões que muitas vezes praticamos é não alertar os nossos membros ou os nossos colegas de partido do verdadeiro problema. Aí é que se calhar está o erro. Daí que eu diga que é o “elogio da loucura”. Daí que eu diga que é essencial que de facto aquela Moção que hoje aqui foi aprovada chegue aos sítios certos. A verdade é que a estratégia de deslocação dos centros ativos e dos centros populacionais para o litoral nos vai prejudicar não tenho dúvidas disso. E quero dizer-vos mais uma coisa que considero que é hipocrisia e que eu considero que é um “elogio da loucura”, aliás foi o responsável pelo protestantismo, vou dizer-vos o que é, nós hoje congratulamo-nos aqui de tantos jovens que fazem parte de equipas do nosso concelho que subiram de divisão, que ganharam, estão felizes, e no fim virmos criticar um investimento que lhes dá suporte para eles poderem ganhar jogos. Isso para mim é hipocrisia e tenho de o dizer. Interessam-me como é óbvio os números, interessa-me a economia sem dúvida, mas interessa-me que os nossos jovens estejam bem. Interessa-me e adoro ouvir que nós temos campeões nesta terra. Mais, interessa-me ouvir que ligamos a TV e está a dar um programa “Portugueses no Mundo” e aparece lá um nome e a dizer a terra do músico e diz “Lousada”. Portanto se calhar mais um investimento que nos valoriza, mais um investimento que nos deu emprego e se calhar o desporto é uma porta aberta para criar emprego e diminuir o desemprego jovem. Quando vem para aqui dizer que são precisos mais investimentos em água e saneamento, e depois por cima alguém nos corta as bases, e nos diz: não, não, não vai haver mais nada. Isto vai ter de virar, a bitola. Quando criticam o único ou dos poucos sítios onde existe possibilidade dos nossos jovens praticarem desporto com condições excecionais, necessariamente e por maioria de razão, estão a criticar o desporto em Lousada, e estão a criticar e a deitar abaixo estes jovens, que têm felizmente, condições únicas e impares de aqui em Lousada, neste concelho, desenvolverem atividades desportivas e quiçá atividades que de futuro poderão fazer carreira. Fomentar a que os nossos jovens fiquem aqui não é fomentar a emigração. Uma coisa é certa, Lousada está a ficar sem muitos jovens, são necessárias medidas que fomentem a fixação dos jovens, que fixem cá as suas raízes e para isso é necessário que tenham cá um emprego. Agora há uma coisa que em direito publico se diz que é essencial, “competência” e a minha questão aqui é:

quem é que é competente, quem é que tem a competências em primeiro lugar para dirimir a questão do desemprego, nomeadamente do desemprego jovem? Se calhar quem fala disso não sabe, se calhar esquece-se que podem existir órgãos, que fazem mais do que as suas competências. E que essas competências e o exercício de algumas atividades podem interferir com orçamentos. Quando falamos sobre isto é essencial termos conhecimento das competências, daquilo que é pedido ao governo, a institutos públicos, segurança social, IEFP e todas as demais entidades que nesse âmbito trabalham e aquilo que é pedido à Câmara Municipal. Deitar abaixo jornadas que eventualmente sejam feitas sobre esta temática, é estar a dispensar um dos elementos que pode ser importante, nem que seja só para uma pessoa, e essa pessoa pode eventualmente de futuro vir a criar ou ser o maior empregador do concelho.»-----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente: -----

----- «Começando pela intervenção do Dr. António Filipe Barbosa. Pois também nós nos congratulamos com a distinção que foi atribuída às duas escolas, Lousada Centro e Lousada Este, este tipo de iniciativas que promovem a solidariedade são muito importantes, ainda mais nos tempos que correm, que como sabem temos uma sociedade cada vez mais fria e indiferente. Portanto é necessário promover todas estas iniciativas junto dos mais jovens que aí normalmente as iniciativas surtem mais efeito, bem hajam estas escolas pelo prémio que receberam. Relativamente à intervenção do Joaquim Bessa, referiu aqui a iniciativa que a estrutura partidária promoveu no âmbito do empreendedorismo. Eu diria que o empreendedorismo é um termo que está na moda na esmagadora maioria dos discursos políticos, mas de facto é importante, não estou a relativizar, estou a dizer que todos os discursos políticos abarcam este tema. Se é certo que é importante apostar na educação e na formação dos jovens, isso não basta, os tempos modernos não se compadecem com essa oferta, é necessário promover o espírito da criatividade, da inovação e de empreendedorismo. Se pensarmos em empresas de top nacional que começaram a sua atividade com uma ideia de um jovem sem grandes condições em termos físicos, começaram a desenvolver o seu negócio numa garagem, por exemplo, grandes empresas como a Microsoft a You Tube, HP, etc. É evidente que isto não é nenhuma “varinha de condão” não é nenhuma solução mágica que possa resolver todos os problemas mas é muito, muito importante. Nós na Câmara temos promovido dezenas ou centenas de ações, justamente para dar visibilidade com casos concretos

com casos práticos, e o certo é que a população jovem está cada vez mais ciente da importância que o empreendedorismo tem, inclusivamente lembro-me, daquele programa que foi promovido na escola secundária de Lousada, julgo que já pelo segundo ano consecutivo, promovido por uma associação “*Junior Achievement*”, para nós foi muito gratificante ver o envolvimento dos alunos naquele projeto. Foi mais gratificante ainda quando alguns projetos foram premiados a nível nacional, o que de facto deu mais visibilidade aos projectos e mais empenho aos jovens no reconhecimento da importância do tema. Relativamente à intervenção do senhor capitão Campos de Barros. A situação que referiu da casa abandonada na avenida dos Combatentes da Grande Guerra já está referenciada, depois caso queira, posso-lhe fazer um ponto de situação. Quanto à participação dos jovens nas olimpíadas do Vale do Sousa, é algo que já vem acontecendo há alguns anos. Nós temos procurado dar resposta nesta área do desporto escolar com intercâmbios, com jogos internacionais da juventude, os jovens na semana passada foram a Inglaterra, a Bury. É importante promover, desde que haja condições, e cada vez é mais difícil dar resposta a estas necessidades. Relativamente à sinalética, é uma matéria que de quando em vez é falada aqui, eu já o assumi publicamente, há aqui um trabalho a fazer e estamos a trabalhar nisso, quem chega a Lousada vindo das autoestradas há uma deficiente sinalização no centro e para quem depois quer regressar à autoestrada. Relativamente à questão dos limites entre Paços de Ferreira e Lousada. Nós já levantamos o problema há muito tempo junto da Comissão de Coordenação da Região Norte no âmbito da aprovação dos PDMs, logo quando o PDM de Paços de Ferreira foi aprovado. A CCDR nada fez na altura, nós depois levantamos a questão novamente, estava o nosso PDM em apreciação e optamos por não fazer nada sob pena de ir prejudicar a aprovação do nosso PDM. Sei que há ali uma fatia de terreno que está classificada nos dois PDMs. A nós Lousada exigiram que cumpríssemos escrupulosamente os limites previstos na carta administrativa oficial na CAOP, a Paços de Ferreira, não que tivesse havido uma intenção de os beneficiar, mas nós apanhamos ali uma fase do processo em que passou a haver mais rigor e a nós tudo foi exigido e Paços de Ferreira acabou por passar. Uma vez que o nosso PDM está aprovado e resolvido, não haver empecilho de qualquer ordem por esse motivo, estamos a diligenciar junto da CCDR para, forçar no fundo, Paços de Ferreira a corrigir aquele problema. Agora posso adiantar que não é um assunto nada fácil de resolver, como sabe, ou os municípios entram num consenso neste aspeto ou então no limite a questão tem de ser discutida

noutras instâncias. Quanto à questão da poupança da luz e desligação de luminárias, eu referi há bocado o porquê, acho que fui explícito, e nada tem que ver com pagamento de juros. Não houve outra razão que não essa, o facto de ter havido um aumento brutal dos custos com a energia. A pista de atletismo, eu diria que somos “presos por ter cão e não ter”, porque de quando em vez dizem que é projeto megalómano, o complexo desportivo, outras vezes fica aquém daquilo que poderia ser, como acabou por indiciar. Mas não é nada disso que se trata, o que se trata é que nós temos procurado fazer os investimentos de modo faseado e sustentado. A infraestrutura está em condições de poder ter todas essas valências, já foi preparada para isso, simplesmente não faria grande sentido, até porque não há grande disponibilidade como sabe neste momento, de estar a concluir todas estas valências, até porque nem sequer ainda há grande procura nessas áreas. Portanto temos que ir andado em função das necessidades e das disponibilidades financeiras. O que é certo é que toda aquela infraestrutura está preparada para isso e a seu tempo poderemos dotá-la dessas respostas. A questão dos convites é uma matéria que é recorrente aqui nesta Assembleia, eu já disse mais que uma vez que quer os senhores vereadores, quer todos os membros da Assembleia estão naturalmente convidados para todas as iniciativas que a Câmara Municipal promova. Nós grosso modo fazemos uma divulgação de todas essas iniciativas, quer através da agenda cultural, boletim, os próprios jornais regionais, sinceramente não faz grande sentido estar a gastar dinheiro em correio, quando muito podemos tentar para quem tiver correio electrónico. Mandar convites por correio, não faz sentido, é gastar dinheiro. Que eu saiba nunca se fez com esse carácter de regularidade e depois se estamos aqui a valorizar umas iniciativas em detrimento de outras, não me parece que seja grande ideia. Sinceramente acho que não é por desconhecimentos que as pessoas não aparecem aos eventos, quem aparece é sempre bem recebido e tem direito a estar nessas iniciativas porque no fundo detém responsabilidades políticas aqui no concelho. Quanto ao pedido que fez das receitas e despesas, certamente que lhe iremos fornecer essa informação. Quanto à intervenção do senhor presidente da Junta de Caíde, eu por acaso hoje lembrei-me disso e fui fazer um ponto de situação, o processo está disponível, para a semana é uma questão de marcar um dia para o consultar. Eu só lamento é os termos como às vezes se refere aos assuntos que aborda. Não foi hoje o caso mas foi muito desagradável na declaração de voto que fez na última Assembleia Municipal. Acaba por levantar, ligeiramente algumas suspeições, e fica-lhe mal porque tem responsabilidades políticas na sua

freguesia e aqui na Assembleia Municipal. Enquanto eleito tem o direito que lhe sejam facultados todos os documentos, estamos disponíveis, não tem é o direito é de levantar suspeições. Também aqui diria que somos “presos por ter cão e por não ter”, quando não fazemos investimentos, somos acusados de não fazer esses investimentos, quando os fazemos somos acusados de eles custarem dinheiro a mais. Não sei se é isso que quis referenciar mas certamente vai concluir que não há nada a esconder nesta matéria. As diversas intervenções que tem que ver com a questão do desemprego, a questão do programa do “Impulso Jovem” que foi apresentado recentemente. Eu espero, porque ele ainda não está implementado, espero que haja recursos financeiros para lhe dar suporte porque sem isso nada feito, o governo está imbuído com esse propósito, com esta reafecção dos fundos comunitários, uma das áreas em que o governo diz que vai apostar é justamente nesta. Eu nesta matéria para além de tudo aquilo que foi dito, acho que há aqui uma ideia que é necessário realçar, não há município nenhum neste país que possa controlar este problema. Podemos dar contributos mas nem sequer o governo tem soluções mágicas para esta matéria. Este programa certamente vai ser uma arma importante para combater este flagelo mas é um problema muito complexo para se resolver com uma ou duas iniciativas. O problema é estrutural, como sabem, em que a aposta do governo para controlar o défice tem sido com austeridade e o que tem vindo a ser dito por muitas pessoas que essa não será a solução, infelizmente os indicadores que temos levam-nos a concluir que de facto a austeridade não será solução porque a meta dos quatro e meio se calhar não vai ser conseguida, é necessário investir em políticas que promovam o crescimento económico e o emprego. Eu diria que é importante, essas políticas de captação de investimento, mas é muito mais importante ainda, neste momento, dotar as pequenas e médias empresas de condições para trabalhar, e às vezes são pequenas coisas que as estão a tolher, nomeadamente a questão do crédito. Eu sei de muitas empresas que têm encomendas, e não têm aquilo que sempre tiveram até agora, que é o crédito para poderem fazer encomendas de matérias-primas, resolveriam o problema, e sem isso estão numa situação aflitiva. Não vale a pena entrar em demagogias, dizer que a culpa é de A ou de B porque de facto o problema é muito complexo e as Câmaras nesta matéria, todas elas de uma maneira geral, fazem o que está ao seu alcance, mas é completamente impossível controlar este problema porque ele não se compadece com esse tipo de soluções. Queria também aqui fazer justiça a uma situação que já referenciei nesta Assembleia, que é o papel que a

minha colega tem tido nesta matéria, às vezes nós somos mais reconhecidos lá fora do que cá dentro e se calhar é o que acontece aqui nesta matéria. Na NUT III muitos presidentes de Câmara, inclusivamente o ex-presidente da CIM, o Dr. Alberto Santos já o referenciou mais que uma vez publicamente, o mérito que a senhora vereadora do nosso município teve na implementação e dinamização do programa que a CIM-Tâmega e Sousa está a desenvolver que é a “agenda da empregabilidade” justamente para combater também este flagelo. Eu iria passar a palavra à senhora vereadora para poder dar aqui em traços gerais uma perspetiva daquilo que está a ser feito nesta matéria.» -----

----- Resposta da Sr.^a Vereadora Cristina Moreira: «Se há um assunto que é difícil de falar quer em quantidade, quer em qualidade é esta questão do desemprego. Por um lado, porque estamos a falar de pessoas e nem que fosse só uma pessoa, não ter emprego é um dos problemas sociais mais graves que nós podemos ter, seja qual for o local do mundo. Por outro lado, porque é um assunto de tal maneira complexo e há aqui tantas variáveis, que era quase impossível numa Assembleia poder esclarecer de todo, pelo menos de todo o trabalho que temos feito e desenvolvido e daquilo que se tenha concluído dos vários grupos que estão neste momento a trabalhar. Por isso eu dava aqui um simples alerta para que realmente todos se envolvessem mais, isto não é uma questão que diga respeito pura e simplesmente à pessoa que está desempregada, à entidade empregadora, à autarquia ou um IEFP. A questão da empregabilidade tem a ver com todos nós. E prova disso foi esta “Agenda da Empregabilidade” que foi implementada ao nível dos doze, da NUT – Tâmega e é um reflexo daquilo que foi um trabalho da Comissão da Região Norte, que o lançou em finais de dois mil e oito, “ Agenda para a Empregabilidade Norte 2015”. Esta agenda previa esta implementação, sete agendas no Norte, uma por CIM. Devo dizer-lhe que a nossa CIM, com muito orgulho, que independentemente das cores partidárias também temos de ser bastante altruístas para assumir quando temos um problema que não é só nosso. Independentemente de Lousada, neste momento, até estar muito bem neste figurino, a doze, eu devo dizer que estes números assustam. Por isso esta agenda foi implementada por esta região em primeira mão e está neste momento ao nível do nosso país a um ritmo que nos pode orgulhar. Contudo não é fácil, podemos dizer que temos cerca de quatrocentas e cinquenta entidades envolvidas, desde empresas, associações empresariais, IPSS, escolas, entidades formativas, comércio, agricultura, turismo,

calçado, pedra e outros setores que foram considerados após um longo estudo fileira chave. E todo este trabalho está assente em dois pilares importantíssimos: está assente num PPDS a nível dos doze, não se fazem planos destes, nem se criam gabinetes com ar. E eu fico um bocadinho desagradada quando dizem estas coisas, sobretudo sem me terem perguntado. Há um PPDS que está a ser realizado desde dois mil e cinco em todos os municípios e todos eles têm um eixo de empregabilidade. Neste momento são doze PPDS's que estão a ser geridos pelo Instituto de Segurança Social e que formam um PPDS a nível da plataforma supra concelhia NUT III – Tâmega, este é o nome do documento. Para além deste documento que é revisto de três em três anos, e que é feito um diagnóstico com base no INE, nós temos outro estudo feito também com o observatório de Bruxelas. Inclusive tivemos em agosto de dois mil e onze, uma entrevista com deputados em Bruxelas que estão responsáveis por este observatório, que correram o país todo à procura de boas práticas no âmbito da empregabilidade e levaram a “Agenda para a Empregabilidade NUT III – Tâmega” como boa prática. E foi com algum espanto que alguns nossos colegas, deputados em Bruxelas, independentemente da cor do partido, terem conhecimento desta agenda em Bruxelas e não em Portugal. O que eu posso dizer mais sobre isto é que a organização de todo este trabalho tem por base grupos de trabalho, o comité de pilotagem que reúne todos os meses, tem um representante de cada autarquia, que é um vereador e depois tem um representante da fileira chave e um representante dos principais organismos, nomeadamente a Direção Regional de Educação do Norte a Segurança Social o IEFP e a Rota do Românico. Isto porquê? Porque o nosso plano em torno daquilo que é esta agenda, é o segundo grande eixo, para além dos PPDS de cada concelho, é realmente um plano de desenvolvimento económico e social integrado que está a ser neste momento construído com base no diagnóstico feito a nível dos doze e com base nos dados dos últimos censos. E tudo aponta para uma área estratégica a nível dos doze, que é o setor emergente, que é o setor do turismo. Claro que não podemos esquecer nunca os setores tradicionais, e engane-se quem pensa que pode transformar operadores de construção civil em altos funcionários de uma empresa de mecatrónica ou de outro tipo de ferramenta que tenhamos no parque empresarial. O grande problema que nós temos de perceber é que as pessoas realmente têm de ser respeitadas e têm de ser acompanhadas com formação contínua, tanto no setor do têxtil, que é o nosso setor mais predominante aqui em Lousada, como o setor pedra, da metalomecânica, o calçado e mobiliário, são as áreas fortes dos

doze municípios, essa formação contínua não foi feita. E aquilo que nos tem acontecido é que as pessoas vão ficando desempregadas, e nós tínhamos os CNO's como uma salvaguarda, onde os GIP's acolhiam e inscreviam as pessoas e encaminhavam para formação para conseguirmos requalificar alguns destes desempregados para voltarem ao mercado de trabalho. Eu diria com algum desgosto que o grande problema desta região, embora eu gostasse que todos os jovens estivessem empregados, mas o grande problema não são os jovens. Só em Lousada cerca de setenta e sete por cento dos desempregados tem mais de trinta e cinco anos e quarenta por cento é de longa duração. O "Impulso Jovem" foi apresentado como é apresentado tudo que é inovação. Eu já perdi a conta a quantas sessões de sensibilização, conferências e *workshops* nós fizemos, quantas visitas organizamos. Quantas visitas a empresas e projetos inovadores se organizaram, quer com jovens quer com adultos, mas lembro até inclusive dois nomes, dois *business angels* que foram por exemplo Dr. Francisco Banha e o Manuel Forjaz que são muito conhecidos da televisão, assim como o Manuel Gonçalves, que aparecia nos "Prós e Contras" que estiveram cá mais que uma vez e que tem levado o nome de Lousada e o exemplo de Lousada por esses concelhos fora. Todo o trabalho tem sido desenvolvido com base numa sinergia e numa solidariedade que é necessária entre todas as organizações. A prova disso, para além de um conjunto de ações que todos os grupos de trabalho das fileiras chave desta agenda tem depositado num plano de ação que foi apresentado ao senhor ministro da economia em novembro último, eu devo dizer que este plano de ação é público, está completamente disponível, é um conjunto de ações que traduz a vontade dos grupos de trabalho que estão neste momento a tentar perceber o ponto da situação do seu setor, e o que fazer para que realmente esse dê mais produtividade. Eu apetecia-me dizer e vou dizê-lo, assim estivessem a fazer as outras CIM's. Nós temos tido alguma dificuldade e a prova disso é a reunião que temos marcada com o senhor secretário de estado da economia, é fazer notar que este é um trabalho que tem dado frutos e que se fosse implementado a nível regional, poderíamos efetivamente ter aqui maior probabilidade de emprego. O emprego não é só do foro económico mas também do foro intrínseco do desempregado e realmente há ações a nível nacional, independentemente do esforço que se faça nesta NUT, já não digo do concelho, é impossível de ultrapassar. Reparem, se os CNO's acabarem no final de agosto como está previsto, como é que nós podemos requalificar as pessoas que estão a sair da construção civil neste momento, com o quarto ano apenas e que apenas

sabem escrever o seu nome. É impossível, nós empregarmos homens com mais de trinta e cinco anos que mal sabem ler e escrever. Não há setor nenhum neste momento que os absorva. Em relação aos jovens o que é que aconteceu e foi muito grave, realmente ninguém após o 25 de Abril se lembrou disto, é de adequar a oferta formativa às necessidades dos tecidos empresariais. Nós neste momento precisamos urgentemente de costureiras, de gaspeadeiras, de eletricitas, eletricitas de manutenção, de máquinas empresariais e não temos. No entanto temos dezenas para não dizer centenas de técnicos ligados ao social, de advogados, de pessoas ligadas a áreas em que o mercado já esgotou. Este trabalho da agenda está a tentar fazer um pouco este caminho, é um caminho muito difícil porque as próprias famílias impedem os nossos jovens de frequentar os cursos que se vão abrindo nas áreas que nós achamos que são importantes. Eu dou um exemplo: neste momento conseguimos para Lousada, sete cursos profissionais, cinco deles a iniciar na escola secundaria, um em Lustosa e um no externato, esses cursos estão dirigidos para o mercado de trabalho. Os nossos colegas professores estão neste momento preocupados que não conseguem alunos para preencher esses cursos. Porquê? Porque são cursos que os próprios pais acham que são profissões menores, profissões que não são limpinhas, não são profissões de caneta e papel. O problema é muito maior do que se possa pensar. Eu solicitava a todas as pessoas presentes nesta sala que se um dia quiserem discutir a sério este problema que o façamos com transparência e com respeito pelo trabalho que não é só do executivo da Câmara de Lousada mas é dos executivos dos doze concelhos e de todas as entidades que neste momento estão no projeto da “Agenda da Empregabilidade.» -----

----- Resposta do Sr. Vice-presidente (continuação): «No que respeita ao ponto de situação da extensão de saúde de Lustosa. Julgo que alguém aqui disse que estas Moções que são apresentadas na Assembleia devem ter consequências. Certamente que todas elas terão consequências quando vemos que as mesmas têm sentido e têm mérito. Neste caso em concreto não é que a mesma não tenha mérito mas não é pelo facto de ela ter sido apresentada que nós acordamos. Nós estamos acordados para o problema há muito tempo, aliás eu disse-o na última Assembleia, que foi por nossa iniciativa que a questão se colocou. Quando estávamos a construir o centro escolar de Lustosa, já tínhamos nessa altura falado com o secretário de estado, na possibilidade de se transferir aquela extensão de saúde porque a mesma não tinha as mínimas condições para a prática médica, e tínhamos

ali uma solução que era o aproveitamento das instalações da escola que iriam ficar vagas. Na altura mostrou toda essa disponibilidade, inclusivamente já no fim do mandato do último governo, veio aqui a Lustosa assinar um protocolo que previa justamente isso. Entretanto o que eu lhes posso dizer é que há cerca de um mês tivemos cá, a almoçar connosco o presidente da ARS do Norte, que para além de ser de uma simpatia extrema, mostrou toda a disponibilidade para colaborar connosco no sentido de se resolver este problema. Estamos em crer que o problema vai ser resolvido, eu vou dando informações á medida que houver mais desenvolvimentos nesta matéria. Relativamente à outra questão da linha de crédito, mil milhões de euros que o governo vai disponibilizar para os municípios com maiores dificuldades. Respondendo já à questão que o senhor Santos colocou. Lousada não vai certamente recorrer a essa linha de crédito. E ainda bem que não vai, por dois motivos, desde logo porque felizmente não precisa a sua situação financeira está equilibrada. A segunda razão é, se porventura precisássemos quem ia “pagar as favas” perdoem-me a expressão, eram os lousadenses porque os municípios que vierem a beneficiar desta linha de crédito vão ter que assumir um compromisso com o governo, diminuir a despesa e aumentar a receita. Dito assim desta maneira até parece que não é muito mau, mas se formos ao pormenor das questões vão ver que é mesmo muito mau. Por exemplo, no que respeita à redução da despesa está previsto, “reanálise e suspensão de protocolos com associações e outras coletividades locais”, subsídios acabam. É evidente que no nosso concelho estamos a ter este problema este ano mas por outra razão, que é a famosa lei dos compromissos, estou em crer que é uma situação transitória que vai poder ser resolvida, talvez já para o ano. Outra medida no que respeita à diminuição da despesa, “racionalização de atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais, salvaguardando apenas a prestação de serviços públicos essenciais às necessidades das populações” basicamente as Câmaras só podem fazer aquilo que for essencial. Aumento da despesa, IMI, “fixação de taxas máximas do IMI e da derrama, bem como, da participação no IRS nos termos das finanças locais”. Como sabem nós aqui derrama nunca tivemos, IMI, julgo que vamos ter, espero que tenhamos folga agora com as novas avaliações para no futuro vir a reduzir. Sendo certo que independentemente da redução os casos concretos que já vieram ao meu conhecimento de novas avaliações de quem já pagava IMI, passa a pagar menos. Eu posso dar o meu caso concreto em que o meu apartamento foi avaliado com mais três mil euros mas como a

taxa vai passar de zero ponto sete para zero ponto quatro, eu vou pagar menos quarenta por cento. É o que vai acontecer à esmagadora maioria dos lousadenses que já estão a pagar. É evidente que aqueles que não estavam a pagar, enfim não é agradável, mas vão certamente ser penalizados. O que é que esses municípios vão ter de fazer para aumentar a receita? “ A maximização dos preços cobrados pelo município”, saneamento, água, lixo, preços máximos, “otimizar e racionalizar as taxas cobradas pelo município”, aumento de taxas. Até na questão das coimas, as execuções fiscais têm de ser implacáveis, venda de património se o tiverem. Uma serie de situações que vão ter um impacto tremendo na vida das pessoas, e ainda bem que Lousada não precisa de beneficiar, de algo que não é benefício nenhum. Enfim, é uma cura para uma grave doença deste país.» -

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei.-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal. -----

----- TERCEIRO PONTO – Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita e Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O documento que nos foi remetido, deliberou o executivo por maioria. Na parte correspondente à coligação “Lousada Viva”, abstiveram-se neste ponto os senhores vereadores da coligação “Lousada Viva”. Ora vamos ver o que é que nos diz este ponto. É de estranhar o sentido de voto dos senhores vereadores da oposição, ou vão regressar ao antigamente e votar sempre contra, ou não leram com atenção o que está em causa. Como se pode verificar não temos aqui realização de novas despesas. Também não se vai contrair qualquer empréstimo para serem reforçadas as rubricas, pois o reforço das novas dotações saem do saldo de gerência anterior. E pergunto, houve ou não aumento do IVA e atualização do tarifário na electricidade? Não se paga este aumento? Ao que consta o poder central não isenta as Câmaras do mesmo. Quanto ao reforço para a segurança social, julgo ser de trezentos e cinquenta mil euros. Quanto ao reforço para a segurança social, a mesma pergunta, não se paga? Não está orçada, não há dinheiro no orçamento, não tem cabimento, não se paga. Reconheçam que se torna muito difícil fazer uma previsão exata da verba necessária para

pagamento à segurança social, e como sabem, é a primeira vez este ano que se faz uma revisão do orçamento.» -----

----- Eram vinte e três horas e quarenta e sete minutos quando se ausentou definitivamente o seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da primeira revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita e primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro” -----

----- A proposta número um foi aprovada por trinta e cinco votos a favor e nove abstenções dos seguintes membros votos: Jorge Manuel Neto; Carlos Manuel Nunes; Joaquim José Bessa; António Filipe Barbosa; Manuel Sousa Neto em substituição de Maria Emilia Chamusca; Virgínia Luzia Monteiro em substituição de Branca Cecília Sousa; José Campos de Barros substituída em substituição de Cristóvão Simão Ribeiro; Abílio da Cunha Moreira dos Santos, representante legal do presidente de Junta de Freguesia de Meinedo e António de Sousa Meireles, presidente de Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- QUARTO PONTO - Dar conhecimento do Relatório n.º 1469/2011 e anexos, da Inspeção-Geral de Finanças sobre a Auditoria ao Município de Lousada – Controlo das Despesas com Pessoal -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «O tema é, como já se ouviu, Relatório da Inspeção-Geral de Finanças à Câmara Municipal. Por norma interessam-me os procedimentos, os processos de atuação, a defesa do interesse público em suma, os princípios básicos que devem presidir à gestão da coisa pública e só muito raramente foco os problemas em pessoas, individualizando-as, muito embora não me iniba a tal, sempre que as circunstâncias o aconselhem ou mesmo eticamente o exijam. Vem isto a propósito do conteúdo do texto relativo aos resultados do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, feita a esta Câmara, e abrangendo o período de dois mil e oito a dois mil e dez e primeiro trimestre de dois mil e onze. E

a verdade é que a leitura e análise, muito embora focada especialmente sobre os resumos dos factos apurados, dado que o relatório tem dezenas de folhas, me deixou profundamente preocupado, dada a quantidade de procedimento errados, a vários níveis, de falta de correção ou mesmo existência de ilegalidades várias, tais como pagamentos indevidos e admissões ilegais de pessoal, com a coincidência de, e desculpem se tal não detetei, de nenhuma das situações se ter mostrada favorável às finanças da Câmara. Não quero fazer processos de intenção, mas factos são factos, pelo que me limitarei, por agora, em proceder à leitura de parte dos resumos referidos, seguindo-se algumas considerações, por me merecerem especial atenção. Tendo em conta as evidências obtidas as principais conclusões desta auditoria são: aumento de despesa com pessoal em quarenta e oito por cento, no triénio dois mil e oito a dois mil e dez; as despesas relativas às remunerações certas e permanentes representaram, entre dois mil e oito e dois mil e dez, oitenta por cento das despesas correntes com pessoal; o número de trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal aumentou vinte e cinco por cento entre dois mil e oito e dois mil e dez, passando de quinhentos e noventa e um para setecentos e trinta e nove, justo é fazer uma referência que estes números estão muito mais próximos do que a bancada socialista tem apontado, do que a coligação, a verdade a quem a merece. Autarquia, celebração ilegal de dois contratos de avença no total de trinta e três mil e quatrocentos euros, é o que aqui consta. Verificou-se adjudicação ilegal em dois mil e dez, de duas aquisições de serviços na modalidade de avença com pessoas singulares no montante de trinta e seis mil euros, isto tudo sem IVA. Constatou-se que foi ilegal a contratação, em dois mil e oito, em regime de comissão de serviço, da diretora de Departamento Municipal de Educação e Ação Social, mediante a celebração de um contrato de trabalho a termo resolutivo, cujos pagamentos, até maio de dois mil e onze, atingiram cento e cinco mil e seiscentos euros. Há outras coisas de menor importância. Perceção indevida por alguém do executivo, não gosto de apresentar nomes, em acumulação com a remuneração paga pela autarquia, de rendimentos, no total de três mil e quatrocentos e sessenta e dois euros. O sistema de controlo interno instituído no Município de Lousada evidencia fragilidades, designadamente falta de evidência de controlo, relativamente a normas internas de utilização de telemóveis, coisas sem importância. É importante realçar que segundo a inspecção a autarquia acolheu positivamente a generalidade das recomendações. Mau seria se fosse o contrário, com os erros aqui encontrados, não lhe resta outra solução. Há aqui três situações de contraditório que ainda se

encontram suspensas. A entidade auditada apresentou o contraditório, a inspeção não aceitou e espera-se agora a decisão final. Chamo a atenção de que numa reunião do executivo, de vinte e um, de maio, de dois mil e doze, tanto o vereador Dr. Leonel Vieira como o vereador Dr. Agostinho Gaspar se referiram a esta situação, criticando-a em vários aspetos profundamente, de tal maneira que o vereador senhor Agostinho Gaspar, respeitante aqui a uma certa situação disse, ter-se sentido enganado. E agora continuo com o que penso sobre o assunto. Portanto as considerações que considero pertinentes. Surpreende-me negativamente e causa-me fortes preocupações a discrepância entre o que é quase que permanentemente afirmado por responsáveis do executivo e grupo parlamentar que o sustenta, e a realidade dos factos aqui parcialmente publicitados. Não inventei nada, apenas publicitei o que aqui está escrito. Penso que seria mais sensato e adequado e há muito defendo este princípio e pensaria o mesmo se as situações se invertessem, façam-me essa justiça, tomar em consideração algumas recomendações e reparos dos vereadores da coligação e do grupo parlamentar da mesma. E apenas duas situações concretas, aquelas que já referi do Dr. Leonel Vieira e do Dr. Agostinho Gaspar e o constante na página quarenta e seis barra oitenta e quatro, em que a própria Inspeção Geral das Finanças, realça uma intervenção do Dr. Agostinho Gaspar, na reunião do executivo, em quinze de março de dois mil e dez, quanto à contratação de um advogado. E finalmente recordei que, a maioria socialista na Câmara Municipal, negou-se a atribuir qualquer pelouro a qualquer dos três vereadores da oposição, repito qualquer pelouro, a qualquer dos três vereadores da coligação, mesmo mediante a disposição dos mesmos em não receberem qualquer remuneração. Isto diz qualquer coisa sobre a política seguida, louros, mas depois procuraram fugir às responsabilidades. Em contrapartida foi admitido um elemento para chefe de gabinete de Apoio ao senhor presidente da Câmara, e não foi, podem crer, ninguém da coligação. E como puderam constatar não indiquei nenhum nome.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor Capitão, eu felizmente, na minha profissão recebi muitas inspecções destas, e quero-lhe dizer o seguinte, em primeiro lugar, sobre esse problema do aumento dessas taxas que o senhor mencionou de quarenta por cento, quarenta e cinco, vinte e cinco, quando discutimos aqui os documentos previsionais, no relatório de balanço nunca se fugiu a essa responsabilidade, sempre se disse, só no ano passado é que baixou cinco por cento, tivemos-lo aqui a discuti-lo em abril. Nos relatórios anteriores

não era preciso a senhora inspetora geral das finanças dizer isso, veio explanado no relatório de gestão, ela disse isso, foi uma coisa que o senhor disse aqui, mas se tivesse lido bem esse relatório, já se explicava isso. Quase um terço deste relatório final já que houve contraditório diz respeito a restituições de verbas, coisas insignificantes, um euro e quatro cêntimos, um euro e oitenta e quatro cêntimos, doze euros e treze cêntimos, cinco euros e quarenta e cinco cêntimos, três euros e oitenta e três cêntimos, três euros e catorze cêntimos, seis euros e vinte cêntimos, dois euros e quarenta cêntimos, etc. Quase todas referentes a subsídios de transporte pagos indevidamente, ou seja irregularidades no cálculo. Já tudo sanado. Como diria o Dr. Eduardo Catroga, não vou aplicar o termo que ele aplicou na altura, ou seja direi “chinesices”, porque ao efetuar notificações, passar guias de pagamento, etc., lá vai o dinheiro das verbas. Sobre as mais avultadas tudo bem, também julgo que tudo está sanado à exceção de dois casos que poderão ter procedimento sancionatório pelo Tribunal de Contas, se o mesmo não mandar arquivar os processos, para os casos que o senhor Capitão referiu, que é a Dra. Adelaide e dos dois advogados que foram contratados. Acho que isso ainda vai ao Tribunal de Contas. Há no entanto duas situações que gostava de referir já que o senhor Dr. Leonel Vieira e o senhor Dr. Agostinho Gaspar as referiram. As reposições efectuadas pela Dra. Cristina Moreira e pelo professor José Santalha. Era isso senhor capitão era sobre o senhor professor José Santalha. A Câmara de Lousada não tem nada a ver com a reposição de três mil e quatrocentos e sessenta e dois euros recebidas pela Dra. Cristina, absolutamente nada. Ela é vogal da Direção do Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. Em dois mil e nove e março de dois mil e onze recebeu aquela importância a título de senhas de presença, pagas por aquela entidade, ao que se apurou indevidamente. Não sei se teve direito pelo menos a subsídio de deslocação. Se isso não aconteceu, foi quanto perdeu. Senhor professor Santalha. Badalou-se muito sobre o vencimento que o professor Santalha iria receber como membro do Gabinete de Apoio ao Presidente. Aqui está a prova, página cento e catorze do relatório, se nove euros e sessenta e dois cêntimos, são cinco por cento do vencimento, é só fazer as contas, é quanto o senhor professor Santalha recebe, façam as contas. Ele teve que repor nove euros e sessenta e dois cêntimos, porque não lhe foram descontados os cinco por cento que a lei impunha. Pagou nove euros e sessenta e dois cêntimos, é só fazer as contas e ver quanto é que ganhava, porque acho que hoje não ganha nada. Eu, vou- lhes ler o que diz sobre o professor Santalha, “proceder à reposição mediante guia na Divisão Municipal de Gestão Financeira, da verba

indevidamente paga, no montante de nove euros e sessenta e dois cêntimos, referente à redução em falta do vencimento mensal líquido dos membros do Gabinete de Apoio ao Presidente - GAP. O que obrigava esta redução dos cinco por cento, era o previsto no número um, do artigo dois, da Lei número quarenta e sete barra dois mil e dez, de sete de setembro. Ainda bem que o senhor capitão referiu, e bem, que os números de funcionários é precisamente aquele que eu sempre disse aqui. Até trouxe o mapa, o senhor Filipe Barbosa queria ficar com ele e eu não deixei, precisamente os números que eu disse, são os indicados pela senhora Inspetora. Senhor Dr. Jorge Neto não são mil, nem mais de mil, referiu isso. Lousada tem mil ou mais de mil. Eu fui como muitos sabem tesoureiro da Fazenda Pública e sujeito a estas inspecções periodicamente, e quando as coisas estavam bem ou por outras palavras quando não se encontravam desonestidades, havia sempre um tostão mal liquidado nos juros de mora, um documento indevidamente pago por preterição de formalidades, etc.. Senhores membros desta Assembleia é o que refere esse relatório.» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Não tencionava intervir mas vejo-me forçado a fazê-lo para defesa da honra. E até por dois motivos: primeiro acho que de alguma forma foi uma referência à bancada do PSD, relativamente ao “Elogio da Loucura” que aqui o ilustre colega do PS referiu, e bem. É uma obra notável do século XVI é verdade, início do século XVI de Erasmo de Roterdão. Eu li-a há muitos anos e de facto é uma sátira muito interessante. Mas não tem nada a ver com o PSD, nem tem nada a ver com as posições que o PSD toma, porque se bem se recorda, certamente também leu o livro. Esse livro de Erasmo de Roterdão é uma sátira à Igreja Católica. Aliás ele é uma espécie de mentor da reforma protestante e esse livro é dedicado do princípio ao fim a satirizar algumas práticas da Igreja Católica, designadamente alguns cultos supersticiosos ligados à Igreja Católica Romana. E portanto não tem nada a ver com o PSD, que aqui, está em concreto a fazer uma apreciação e uma sindicância política de matérias importantes para o concelho, e naturalmente, terá como é perfeitamente plausível, posições discrepantes e divergentes daquelas que a sua bancada tem em muitas matérias. E uma delas é esta que o meu antecessor aqui referiu. Não posso naturalmente trazer à colação a verdade, porque a verdade objetiva é aquela que deve de facto relevar e ficar plasmada na ata desta reunião. Eu nunca disse, e aliás basta consultar naturalmente as atas das Assembleias anteriores, que o município de

Lousada, tinha mil funcionários. O que eu disse e mantenho e os dados que tive oportunidade de analisar em devido tempo, confirmam-no, e esses dados hoje relevados pela Inspeção Geral de Finanças vão também nesse sentido, é que o município de Lousada, paga remunerações a mais de mil pessoas. Faço-lhes as contas muito rapidamente, setecentos e cinquenta e um estão preto no branco, sindicadas pela Inspeção Geral de Finanças, está aí no relatório, há a crescer um número significativo de dezenas da “Lousada Séc. XXI”, quer queiramos quer não está no perímetro orçamental do município de Lousada e, “*last but not least*” é Shakespeare, isto não é de Erasmo do Roterdão é Shakespeare. Há muita gente avençada, alguns advogados foram aqui citados, mas outros avençados a quem o município de Lousada paga remuneração. Tudo isto e ponderado meus caros amigos, estamos a falar de mil e tal remunerações. Portanto a afirmação que fiz em devido tempo era precisa, era exata e era correta. Em abono da verdade fica feita a defesa da honra.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Efetivamente estamos aqui a discutir um documento, um relatório da Inspeção Geral de Finanças que trata da qualidade da despesa e dos pagamentos efetuados pela Câmara Municipal de Lousada, tendo em conta a sua legalidade, regularidade e racionalidade. Ora a Inspeção Geral de Finanças não é propriamente uma instituição, um organismo que seja passível de qualquer influência da coligação “Lousada Viva”. Admito e admitamos todos, acredito eu que este é um relatório que se preza pela imparcialidade a todos os níveis e até dá direito ao contraditório apresentado pela Câmara Municipal. E de facto vem aqui fazer o quê? Este relatório vem aqui atestar tudo aquilo que a coligação “Lousada Viva” ao longo dos tempos tem afirmado no sentido de alertar o município para um conjunto de situações que, quer em reunião de executivo, quer em sessão de órgão deliberativo, ou seja na Assembleia Municipal, nós reforçamos esse alerta que é também lançado nas reuniões do executivo municipal. É um relatório que se cinge aos anos de dois mil e oito, dois mil e nove, dois mil e dez e primeiro semestre de dois mil e onze, e conclui algo muito simples. Há um conjunto de irregularidades e no limite de ilegalidade aqui patentes neste relatório. Há aqui algo que nos deve deixar alertados para não dizer alarmados no sentido da correcção da gestão deste município. Alguns exemplos: de facto os dois intervenientes que me antecedem já se prenderam com esta questão, mais em concreto o meu colega de bancada capitão Campos de Barros, o senhor Joaquim

Santos se prendem com esta questão dos funcionários. O relatório diz isto taxativamente: “ entre dois mil e oito e dois mil e dez, o aumento do número de funcionários foi de vinte e cinco por cento, isto, e volto aqui a reafirmar, sem contar com os funcionários da empresa “Lousada Séc. XXI”, os adjuntos, os assessores, chefe de gabinete, secretários, avençados, prestadores de serviços, estagiários e contratados temporariamente ao centro de emprego. Portanto sempre foi esta a nossa afirmação de que o município de Lousada, caros senhores basta analisar a rubrica da despesa, “despesas com pessoal” para perceberem que aquele valor que lá está patente, que já foi na ordem dos doze milhões de euros, atualmente é ligeiramente inferior também por corte, determinações governamentais, cortes nos vencimentos das pessoas, mas já foi na ordem dos doze milhões de euros. Como é que justificam doze milhões de euros no quadro de funcionários que vocês aí apresentam. Nós sempre dissemos aquilo que o Dr. Jorge Neto acabou de referir, a Câmara Municipal de Lousada paga vencimentos a cerca de mil pessoas ou na ordem das mil e poucas pessoas. Diz ainda o relatório entre dois mil e oito e dois mil e dez as despesas com pessoal registam um aumento de quarenta e oito por cento. Portanto estamos a situar, precisamente, aqueles anos dos doze, que passamos das rubricas dos dez milhões para os doze milhões, houve um aumento exponencial na rubrica das despesas com pessoal. Isto é o relatório que o diz, nós anteriormente já o dizíamos e o relatório diz agora, espero que não considerem que foi por influência da coligação “Lousada Viva”. Pior esta rubrica representa quarenta e nove por cento da despesa corrente. É um alerta. Mais exemplos, que considero de má gestão e de irregularidade. O município contratou ilegalmente quatro avençados por estas quatro ilegalidades o senhor presidente de Câmara, hoje ausente, aliás como nas anteriores sessões desta Assembleia Municipal e os senhores vereadores poderão ter que repor do seu próprio património o montante superior a sessenta e seis mil euros. Eu recorro que há um exemplo até de um avençado que pelos vistos tem um gabinete na Câmara, utiliza os recursos da Câmara Municipal e está numa situação de avençado. Enfim não sei se uma coisa se compadece com a outra mas creio que para a correta gestão não me parece normal que um avençado utilize regularmente, dia a dia, os recursos do município. Mais exemplos de má gestão e diria de irregularidades, o município contratou de forma ilegal a senhora diretora do Departamento Municipal de Educação e Ação Social. Reparem que isto é de uma gravidade que incorre o senhor presidente de Câmara numa situação de ter que repor do seu próprio património o valor de cento e cinco

mil euros. É algo que o próprio relatório acusa, atesta sobre estas situações e que não abonam nada a favor da correta gestão deste município. O município cometeu irregularidades no processamento de ajudas de custo e subsídio de transporte, pagou ilegalmente subsídio de turno aos polícias municipais, processou incorretamente o abono para falhas, pagou indevidamente despesas de representação, não cumpriu os prazos legais para entrega dos descontos à ADSE. Falo nos cinco euros, falo nos cem euros, são valores que não estão corretos. Cometeu este conjunto de irregularidades que não abonam a favor de uma correta gestão do município. Mais um exemplo que aqui já foi citado no âmbito da senhora vereadora que efetivamente recebeu uma verba e que já a devolveu, reconhecendo esse valor recebido indevidamente, no sentido da atribuição do valor não pelo mérito da deslocação à sede da entidade de Turismo Porto e Norte de Portugal. Mais exemplos de má gestão e irregularidades. Os senhores inspetores acusam o executivo camarário de não controlar o uso de telemóveis, de falta de rigor nos contratos de aquisição de serviços na modalidade de avença, e de então, não terem elaborado, aprovado e implementado o plano de gestão de riscos de corrupção no âmbito do município. Eu lembro que há alguns anos atrás até fiz um exercício, que a gente de vez em quando recorre, que era o valor das comunicações deste município. Na altura percebia que o valor era exagerado, este é um relatório que se situa em dois mil e oito, dois mil e nove e dois mil e dez e primeiro semestre de dois mil e onze, e que efetivamente teria alguma razão de ser esse alerta já na altura, mas também nesta ausência de elaboração, aprovação e implementado de um plano de gestão de riscos de corrupção no âmbito do município. Na aquisição de serviços na modalidade de ajuste direto, apesar de legal, a inspeção acusa o executivo de adotar exageradamente este método e de não consultar outros potenciais prestadores de serviços, admitindo que o município possa estar ou ter sido prejudicado por não abrir concurso ou por não acolher outras propostas, ou seja por não promover a livre concorrência. Isto é claramente gestão do dinheiro dos municípios. Um município que adota exageradamente este procedimento e que do ponto de vista da breve diligência que tem maior virtude que propriamente um concurso público. O que é certo é que não potencia, não promove a livre concorrência, sendo que no mercado poderia existir situações bem mais benéficas quer em termos de qualidade, quer em termos monetários para o próprio município. A conclusão é muito simples. É uma conclusão que os senhores inspetores da Inspeção Geral de Finanças aqui acusam, aqui atestam, tudo aquilo que a coligação “Lousada-Viva”,

quer no âmbito das reuniões do executivo, quer no âmbito deste órgão deliberativo tem vindo alertar, principalmente o executivo camarário com pelouros atribuídos, porque efetivamente a eles lhes cabe a gestão do município, que efetivamente há um conjunto de irregularidades, incluindo até situações de ilegalidade que incorre até numa sanção patrimonial para os próprios políticos executivos. Aqui até inclusivamente os vereadores da coligação “Lousada Viva” por se considerarem solidários na aprovação das contratações em âmbito de órgão executivo, porque confiaram no parecer proposto em reunião de executivo, confiaram, mas eles próprios vereadores da coligação “Lousada Viva”, estão sujeitos a esta sanção até patrimonial no âmbito destas ilegalidades. Este é um relatório que demonstra de forma clara os métodos de gestão socialista na Câmara Municipal de Lousada. E mostra que existem situações de irregularidade e para que não restem dúvidas, diria que este é o relatório da Inspeção-Geral das Finanças e não é a minha intervenção da coligação “Lousada Viva”. Não é o tirar para aqui conclusões que vocês recorrentemente tentam deturpar, colocar outras palavras, ainda hoje fizeram esse exercício por duas ou três vezes. Atestem com critério e com correção às palavras que aqui são proferidas e vem assim ao relatório da Inspeção-Geral de Finanças. Por fim apenas dizer que naturalmente, acredito que a ética no exercício das funções públicas é um valor que deve ser sempre considerado sem qualquer tipo de dúvida.» -----

----- Eram zero horas e dezoito minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Antonio Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Ainda bem que só houve irregularidades e não houve desonestidade. Senhor Carlos Nunes quero-lhe dizer o seguinte: esses vinte e cinco por cento que o senhor fala que houve no aumento de funcionários. Se bem se recorda foi em dois mil e nove, e sabe a que corresponde esses vinte e cinco por cento? Aos trabalhadores que foram integrados na Câmara do ministério da educação nacional. Eu quando lhes mostrei da última vez este mapa disse que o número de funcionários era setecentos e cinquenta e cinco, a quem a Câmara passa recibo, mas trezentos e catorze, a Câmara podia não ter ficado com estes funcionários, não era obrigada. Estes fazem parte dos recibos que a Câmara paga mas o dinheiro vem do estado, não é a Câmara que lhes paga. Senhor deputado Jorge Neto custa-me um bocado mesmo que sejam os setecentos e cinquenta e cinco, na “Séc. XXI” mais

esses advogados são à volta de trezentos. Acha que se passam mais trezentos recibos por mês a esse pessoal da “Lousada Séc. XXI” e mais advogados? Não será um exagero?» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Parece que, aliás é aquilo que habitualmente faz a coligação PSD/CDS anda à procura de pequenas coisas porque de facto nas coisas grandes e importantes não tem por onde lhes pegar. Anda de lupa e binóculos à procura de pequenos problemas. Os problemas de irregularidade que se puseram aqui neste relatório das finanças e é preciso dizer o seguinte: não é por ser um relatório do inspetor de finanças que tudo o que ele diz seja correto porque as pessoas têm interpretações. E a questão das interpretações ainda não transitaram totalmente, a Câmara terá outras interpretações. E nunca se pôs aqui em causa qualquer desonestidade como disse o senhor Santos, nem sequer a necessidade dos contratos efetuados. O que se põe aqui em causa é a forma como os contratos foram efetuados. Houve erros, inclusivamente, não dos vereadores mas de algum pessoal administrativo, que pensou estar a fazer bem e fez mal. Em todas as empresas há erros desses. Na minha existem e é tão pequenina em relação à empresa da Câmara. Nas vossas com certeza que também existirá. Aquilo que prova o que eu disse é um caso caricato, é o caso da contratação de uma avença a uma sociedade de advogados, que enquanto foi sociedade o contrato não foi posto em causa nem a sua necessidade, mas essa empresa de advogados extinguiu-se e um dos sócios continuou com o processo que tinha em mãos. As finanças põem em causa o facto de não se ter contratado uma empresa de advogados mas tão só e simplesmente um advogado em nome individual. Cujas legalidade e constitucionalidade está posta em causa mesmo em Bruxelas. E segundo ouvir dizer e o Dr. Pedro Machado pode confirmar, Bruxelas, inclusivamente, já deu ordens para que essa lei seja revogada do direito português. O facto de existir essa lei não terá a ver com a promiscuidade de na Assembleia da Republica muitos escritórios de advogados terem uma posição muito forte?» -----

----- Eram zero horas e trinta minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Só quero reforçar uma ideia, e desde logo dizer ao meu

excelentíssimo colega, que só procurei utilizar o título do livro que considero uma referência mas também de vez em quando apetece terminar em jeito de oração e de uma nova oração como termina aquele livro, tendo em conta aquilo que ouço aqui. Mas estou certo e copiando uma ideia original da parte da CDU, que o próximo título que será aqui sugestionado para a vossa bancada e tendo em conta aquilo que se falou da ministra será certamente a “A Metamorfose” de Franz Kafka, depois veremos se o livro terá alguma aplicação ou não. Gostaria de dizer uma coisa, eu estive a fazer as contas e chego à conclusão que o PSD/CDS-PP é capaz de ter razão na questão dos mil e muitos salários pagos. Sobretudo, e isto é uma nota que eu deixo ao executivo camarário, se contratar grandes escritórios de advogados porque aí a avença tem muita gente por de trás, sobretudo se for pela MJ, Morais Leitão, aí há muitos salários a ser pagos efetivamente. Portanto os vossos números nesses casos batem certo, de resto não tem lógica nenhuma. Aquilo que o Dr. Carlos Nunes veio aqui dizer e olvidou por completo, esqueceu, omitiu não sei, depois confesse-se se quiser, esqueceu por completo daquilo que o senhor Santos aqui disse que foi a integração do pessoal do ministério da educação. Esqueceu-se, lapso não sei. Inspeções como esta, se for ao site da secretaria de estado da administração local, não sei se é essa a designação ou não, não encontra uma nem duas nem várias, encontra centenas de inspeções. Quer que eu lhe diga a quantidade delas que são mais graves. Errar é humano, o Dr. Carlos se estivesse ali sentado certamente também erraria é impossível controlar toda a gente. Estas falhas na interpretação acontecem todos os dias e muitas vezes até acontecem com cada um de nós. Agora a questão aqui é: há culpa, há dolo, há intenção de lesar o estado, há o defraudamento de milhares de euros? Não ouvi falar aqui disso mas agora reparei que de facto está preocupado com os nossos vereadores e com aquilo que eles podem sofrer como consequência do trabalho publico que prestam, e que, até prova em contrário deve ser valorado. Penso eu.» -----

----- Eram zero horas e trinta e quatro minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Antonio Filipe Barbosa -----

----- Resposta do Sr. Vice-Presidente: «Eu fico com a clara sensação de que a maior parte das pessoas que falaram aqui da bancada “Lousada Viva” terão lido apenas as conclusões ou então olvidaram, omitiram o teor do relatório. Portanto foram pelo caminho mais fácil que é pegar nas

conclusões e dar-lhes visibilidade. Mas para sermos sérios temos de ir ao fundo da questão, temos que perceber o que está em causa. E não fugindo a nada ponto por ponto. Embora me pareça que, a nossa preocupação aqui nesta Assembleia não é estar a discutir questões jurídicas, diferentes interpretações, é apreciar isto de ponto de vista político como alguém disse aqui. Se há ou não desonestidades. Se o interesse público foi ou não lesado. É isso que nos deve mover, julgo eu, aqui nesta a Assembleia. Mas não vou deixar de tecer algumas considerações quanto às ditas interpretações jurídicas. Relativamente à intervenção do senhor capitão Campos Barros, o senhor Santos e o João Correia já lhe responderam. Para sermos sérios, temos de dizer o porquê das coisas. Houve um aumento da despesa com pessoal. É óbvio que houve, e houve porquê? Porque recebemos os funcionários da DREN, não podia ser de outro modo, nunca dissemos o contrário e não foi só isso, foram as contratações das AEC'S. O certo é conforme ficou aqui claro na prestação de contas e conforme consta inclusivamente deste relatório, o certo é que no último ano houve uma diminuição nas despesas com pessoal e é isso que é o cerne da questão. Quanto ao resto é uma evidência, ninguém vai pôr em causa que houve um aumento, claro tinha que haver um aumento. E como disse, e bem, o senhor Santos esses funcionários estão a ser pagos pela Câmara mas basta que a Câmara queira denunciar o contrato que fez com o ministério da educação e esses funcionários passam automaticamente à origem. Portanto quem lhes pagará o salário será o ministério da educação. Vamos fazer uma apreciação séria nesta matéria. Quanto à questão dos mil funcionários. Se vocês querem mesmo ser esclarecidos, façam questões em concreto. Perguntem à Câmara por escrito quantos avençados temos, quantos prestadores de serviços temos, e se quisermos fazer uma abordagem séria não podemos chamar vencimentos a subsídios de refeição. Dizer que as pessoas que nós temos aqui em programas operacionais do centro de emprego recebem vencimento. Vamos ser sérios, chamar a isso vencimento, quando toda a gente sabe que são subsídios de refeição. Se não quiserem ter uma abordagem séria da questão e se quiserem continuar com esta necessidade de confundir os lousadenses é pena que assim seja porque nós não estamos a esconder nada. Mesmo que, eventualmente considerássemos os funcionários da “Séc. XXI”, e como sabem a “Séc. XXI” tem autonomia económico-financeira, mesmo que se considere esses, mesmo que se considere os avençados, prestadores de serviços, certamente que não seriam trezentos como disse e bem o senhor Santos e vocês sabem perfeitamente isso. Se quiserem saber com exatidão o número, perguntem,

e nós respondemos. Agora estar aqui a confundir as pessoas numa prática reiterada que roça a desonestidade parece que não é minimamente aceitável. Quanto aos casos que referenciaram, duas prestações de serviços ilegais. Basicamente o que é que a senhora inspetora entendeu? Não pôs em causa a necessidade da contratação, não pôs em causa a necessidade de colmatar aquela lacuna nos serviços, o que ele pôs em causa é que essas duas pessoas não deveriam ter sido contratadas mediante uma prestação de serviços mas mediante um contrato de trabalho. O Dr. Carlos Nunes referenciou o prestador de serviço está na Câmara a usar o equipamento da Câmara. Está a lesar o interesse público? Não está, porque se ele tivesse sido contratado através de um contrato de trabalho estaria a receber mais, como sabe, os direitos são substancialmente diferentes. É lamentável estarmos aqui com este tipo de situações, até porque há uma diferente interpretação nossa, e para nós políticos, quer sejam vereadores da oposição, quer sejamos nós, é óbvio que era indiferente contratá-lo pela via da prestação de serviços ou pela via dos contratos de trabalho. Todos nós estamos de boa-fé nas coisas e quando votamos é sempre mediante informações técnicas e na altura os técnicos entenderam que havia enquadramento legal para se fazer aqueles contratos e foi nesse propósito que o fizemos. A senhora inspetora teve uma interpretação diferente, é legítimo, ela também tem de mostrar serviço porque também é funcionária pública e também está sujeita a ser avaliada e a ter objetivos. Ela não pode fazer um relatório a dizer que está tudo bem. Quanto às outras duas situações, as duas avenças com pessoas singulares, é ridículo também. O que basicamente é dito no relatório é que a Câmara devia ter feito esses dois contratos com sociedades de advogados no caso. Qual é a diferença na prática de fazer um contrato com uma pessoa singular ou com uma sociedade? O João já deu uma pista. Mas na prática não nos interessa, o que nos interessa é conhecer as pessoas com que lidamos, quando precisarmos delas elas estarem disponíveis e por dentro dos processos para haver o acompanhamento real e efetivo das situações e para garantir que o interesse público está salvaguardado. E no caso em concreto ainda é mais ridículo porque a lei não impedia essa contratação de pessoas singulares, a lei tinha uma redação que eu agora não sei de cor mas basicamente dizia que, preferencialmente se deviam contratar sociedades. Porquê que aparece essa redação? Como as sociedades se mexem muito bem no parlamento. O certo é que os advogados que não estão em sociedades de advogados também têm direitos e levantaram a questão, e bem, da ilegalidade dessa norma. As normas também podem ser ilegais. E o que se constatou é que

essa lei violava uma diretiva comunitária e nós alegamos isso na defesa. E mais ridículo é que entretanto a lei foi alterada. Agora já se pode fazer à vontade que ninguém chateia, mas mesmo assim a senhora inspetora manteve esta situação no relatório, é um direito que lhe assiste. A questão da diretora de departamento. Basicamente o que é dito no relatório é que a Câmara em vez de fazer um contrato de trabalho a termo deveria ter aplicado o estatuto do pessoal dirigente que obrigava basicamente a admitir uma pessoa para o quadro. Eu pergunto, estaríamos a garantir o interesse público de uma forma mais adequada se assim o fizéssemos? Seguramente que não. Até porque naquela altura os serviços da Câmara estavam em reestruturação, estarão lembrados que houve muitas alterações a nível dos departamentos, nomeadamente nas obras municipais e ambiente que fundiram, na administração geral e no departamento financeiro também fundiram, na educação houve fusões com a parte da ação social. Naquela altura não nos parecia adequado, era uma situação provisória o mais adequado e aquilo que ficava mais barato à Câmara também era fazer um contrato de trabalho a termo. E foi isso que fizemos na convicção também de que a lei não o impedia. A interpretação que mantemos, sendo certo que também aqui o interesse público não foi lesado, pelo contrário, a Câmara teria pago muito mais se tivesse enveredado por outro tipo de solução. O que eu estou a falar são interpretações jurídicas que para aqui nada interessa. O que interessa é que o interesse público ficou salvaguardado. O caso que foi referenciado de uma devolução de três mil e quatrocentos sessenta e dois. O senhor capitão Campos de Barros não referenciou a pessoa nós aqui não nos escondemos, assumimos as questões. E o que se passou aqui com a senhora vereadora e como foi dito por alguém, ela é vogal na entidade de Turismo Porto e Norte e como a sede é em Viana do Castelo ela tem necessidade de se deslocar, na sua viatura na maior parte dos casos, para Viana do Castelo, tem despesa de alimentação e tudo isso. Portanto é justo que tenha uma compensação por isso. Mas quem lhe pagava essa compensação era a entidade de turismo. O que aconteceu é que os serviços da entidade de turismo não classificaram bem aquela compensação, porque segundo a interpretação aqui da inspeção não pode ser senhas de presença, mas ela tem todo o direito a receber qualquer coisa, agora devia ser a título de ajuda de custo. Não faz sentido assumir do seu bolso despesas que nada têm que ver com a sua vida pessoal, têm a ver com vida autárquica que ela desempenha. Mas pronto acabou por devolver e foi ela que ficou a perder porque ficou sem as despesas que teve que despendar para assumir com responsabilidade o cargo para o qual foi nomeada.

Depois foi referido aqui a declaração de voto do senhor Agostinho Gaspar que se sente enganado. Eu percebo o amargo de boca quando somos confrontados com situações que nunca nos passaram pela cabeça, a partir do momento que temos uma informação técnica favorável, não vamos estar a duvidar de tudo, a conferir lei-a-lei e a pedir pareceres jurídicos, até porque os próprios pareceres jurídicos, enfim há diferentes interpretações. Temos de estar nas coisas de boa-fé, não é uma questão de ser enganado, são coisas que acontecem a quem está nesta vida de autarca. O facto de o relatório fazer menção de uma declaração de voto a propósito de uma avença, não estava em causa sequer se era pessoa singular ou coletiva. Ele questionou o porquê daquela pessoa e na altura até fui eu que lhe dei a explicação do porquê daquela pessoa. Porque de facto é alguém que para além de dominar esta área do direito administrativo, não é qualquer pessoa que tem essa experiência, conhece muito bem todos os dossiers da Câmara e havia necessidade de dar continuidade à defesa da Câmara em juízo. Também já foi aqui desmistificada a questão do vencimento do chefe de gabinete que tanta confusão vos mete o facto do senhor professor Santalha estar, e bem, na Câmara Municipal. Portanto como dizia um ex-primeiro ministro é uma questão de fazer as contas e vão certamente chegar a uma conclusão surpreendente e de facto verificar que o senhor Santalha está na Câmara porque gosta tanto ou mais do que nós deste concelho. Quanto ao resto, restituições de um euro e oitenta e cinco, dois euros e quarenta, enfim como diria o senhor professor Catroga “pelos públicos” em português vernáculo é outra coisa, mas enfim. Certamente ficou mais caro a Câmara fazer ofícios, pagar aos correios pela expedição do que aquilo que o funcionário teve de devolver. A questão da comunicação dos telemóveis. Não há razão nenhuma de preocupação nesta matéria, nós alteramos o sistema, isto antigamente estava afeto a um departamento e há um ano, ano e meio está noutro departamento que está sobre a minha alçada que é o departamento de obras e ambiente e posso assegurar que há um controlo efetivo e rigoroso do uso do telemóvel, com *plafond*, telemóveis bloqueados, os funcionários só podem fazer chamadas para outros funcionários, essa situação está devidamente salvaguardada. Quanto ao plano anticorrupção. Nos poderíamos ter feito o que a esmagadora maioria dos municípios fez, que foi pegar na minuta que a Associação Nacional de Municípios fez chegar às Câmaras e pôr lá onde tinha o espaço em branco “Lousada”, estava aprovada e estava cumprida a formalidade. Mas isso também não me parece que seja uma forma séria de estar nas coisas. Nós suspendemos a aprovação e pedimos a todos os departamentos para darem

contributos válidos, que se adequem à nossa realidade para que o plano não seja uma mera formalidade, porque não colecionamos papel. Quanto à questão do ajuste direto. Como disse e bem, é legal, perfeitamente legal, nós estamos a falar de meia dúzia de casos ou nem isso, acho que é quase ridículo estar a falar na eventualidade de fazer concursos públicos para valores tão diminutos e quando também o que mais interessa a meu ver é a confiança que se tem nas pessoas que são contratadas, nas qualidades técnicas e na sua lealdade que também é importante. Não percebi o modo como rematou a sua intervenção, falou em “ ética”, não percebi. Seguramente a ética é um dos princípios que nos move todos os dias e a você também, presumo eu. Em resumo diria que estamos de consciência tranquila e no fundo o que este relatório acaba por versar são meras irregularidades de pormenor, a maior parte delas insignificantes, e quatro diferentes interpretações jurídicas é disso que estamos a tratar.» -----

----- Durante a resposta do senhor Vice-presidente ausentaram-se definitivamente os seguintes membros: Jorge Manuel Neto às zero horas e trinta e nove minutos e João Carlos Correia às zero horas e quarenta e três minutos -----

----- QUINTO PONTO – Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais - Fornecimento de Material Diverso. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos plurianuais, concurso público de Fornecimento de Material Diverso, adjudicado à firma Ferragens e Materiais de Construção Vale do Sousa, tendo em conta que embora a execução do concurso seja para o prazo de 1 ano a mesma terá efeitos em 2 anos civis, no ano de 2012: 90.000.00€ + Iva à Taxa de 23%, e no ano de 2013: 38.427,42€ + Iva à Taxa de 23%, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.ª da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012”, que foi aprovado por unanimidade de trinta e oito votos -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: presidente de Junta de Freguesia de Torno. -----

----- SEXTO PONTO – Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de Energia em Média Tensão e em Baixa Tensão Especial – Edifícios Municipais.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada para que seja a autorizada, a divisão de encargos financeiros por dois anos plurianuais, do concurso público internacional de Fornecimento de Energia em Média Tensão e em Baixa Tensão Especial – Edifícios Municipais, adjudicada à firma Iberdrola – Generation, SAU, tendo em conta que embora a execução do concurso seja para o prazo de 1 ano a mesma terá efeitos em 2 anos civis, no ano de 2012: 144.640,00€ + Iva à Taxa de 23%, e no ano de 2013: 72.740,00€ + Iva à Taxa de 23%, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.ª da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012”, que foi aprovado por unanimidade de trinta e oito votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Carlos Fernandes, presidente de Junta de Freguesia de Torno. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

----- Dora Manuela Correia da Rocha; -----

----- José Manuel Teixeira Gonçalves; -----

----- Vanda Sofia de Oliveira Bragança; -----

----- Fausto Manuel da Costa Oliveira.-----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade trinta e sete votos. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Carlos Fernandes, presidente de Junta de Freguesia de Torno e Joaquim Cardoso.-----

----- Eram zero horas e cinquenta e oito minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
